



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Propostas para (re)integração de jovem mulheres em São Tomé
e Príncipe: Centro de Apoio na roça Água Izé

Inês de Oliveira Matoso Guilherme Paulo

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientadoras:

Doutora Sara Eloy Cardoso Rodrigues, Professora Auxiliar do
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Stefania Stellacci, Investigadora Auxiliar do Iscte -
Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022



TECNOLOGIAS
E ARQUITETURA

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Propostas para (re)integração de jovem mulheres em São Tomé
e Príncipe: Centro de Apoio na roça Água Izé

Inês de Oliveira Matoso Guilherme Paulo

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientadoras:

Doutora Sara Eloy Cardoso Rodrigues, Professora Auxiliar do
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Stefania Stellacci, Investigadora Auxiliar do Iscte -
Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

Um muito obrigada às professoras e orientadoras Sara e Stefania pelos ensinamentos, acompanhamento e disponibilidade.
À minha família pelo apoio incondicional, incentivo e amor.
Ao David pelo ombro amigo e paciência de santo.
À Carminho, à Débora e à Marta pelas aventuras partilhadas.
À Adriana, à Inês, à Maria Carolina e à Rita pela amizade bonita que este curso proporcionou.

Às minhas estrelinhas

Resumo

Esta investigação começou com a conscientização da relevância dos fenómenos de abandono escolar e das gravidezes precoces em São Tomé e Príncipe. Seguindo os valores da inclusão e da justiça social considera-se que a educação é uma ferramenta vital para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, pois funciona como elemento catalisador do desenvolvimento da sociedade.

Esta investigação foca-se na população que reside nos assentamentos agroindustriais – roças - construídos durante a época colonial portuguesa em São Tomé e Príncipe para a produção de café e cacau.

O projeto desenvolvido no âmbito desta dissertação visa promover o ensino e a integração das jovens mulheres na sociedade e no mundo do trabalho qualificado e desenvolver um modelo que seja replicável em toda a ilha de São Tomé. O caso de estudo selecionado é a roça Água Izé. Neste propõe-se a reabilitação e adaptação de edifício existente como centro de apoio, ensino e formação para as jovens santomenses. Entre um conjunto muito amplo de roças, a escolha deste caso de estudo deve-se à sua localização estratégica e à proximidade desta a um dos eixos viários mais importantes da ilha.

Concebido para garantir uma flexibilidade e simultaneidade de diferentes usos, este projeto prevê abranger faixas etárias diferentes de modo ter um relevante e amplo impacto na comunidade.

Trata-se de um modelo concebido de forma que possa ser potencialmente adaptado e replicado noutros assentamentos agroindustriais da ilha, o que proporcionará um desenvolvimento do território ao redor e consequentemente, garantir uma maior inclusividade das comunidades locais.

Palavras-chave: Mulheres, Centro de apoio para mulheres, Inclusão social, Roça Água Izé, São Tomé e Príncipe

Abstract

This investigation started with the awareness of the relevance of school dropouts and early pregnancies in São Tomé and Príncipe. Following the values of inclusion and social justice, it's considered that education is crucial for the development of São Tomé and Príncipe, as it works as a connecting element between the community and society.

This study focuses on the agro-industrial settlements built during the colonial period in São Tomé and Príncipe for the production of coffee and cacao during Portuguese colonization - *roças*.

The project developed within the scope of this dissertation aims to promote teaching, the integration of young women in society and in qualified work, and to design a model that can be replicated throughout the island of São Tomé. The selected case study is the Água Izé swidden. It foresees the reuse of the former foundry as a centre of support, education, and training for women Santomeans. Among many *roças*, the selection of this case study is related to the historical-cultural value of the former colonial structure, its strategic location, and the proximity to one of the most crucial road axes on the island.

It's designed to guarantee flexibility and multifunctional uses during simultaneous activities including daycare and training centre. This project involves different age groups in order to have a broad impact on the entire community.

It's a model conceived for being adapted and replicated in other agro-industrial settlements on this archipelago to foster the development of the surrounding territory and the inclusiveness of local communities.

Keywords: Women, Women's welfare centre, Social Inclusion, Roça Água Izé, São Tomé and Príncipe

Índice

RESUMO.....	7
ABSTRACT	9
ÍNDICE DE FIGURAS	13
ÍNDICE DE TABELAS	15
GLOSSÁRIO DAS SIGLAS	16
1 INTRODUÇÃO	18
1.1 PERGUNTA DE INVESTIGAÇÃO	18
1.2 OBJETIVOS	19
1.3 METODOLOGIA E FASES DE TRABALHO	19
1.4 ESTRUTURA DA TESE	21
2 AS ROÇAS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, PASSADO E PRESENTE	23
2.1 BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO	23
2.2 AS ROÇAS E A SUA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL	26
2.3 A ROÇA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	29
3 EDUCAÇÃO E GÉNERO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.....	31
3.1 A EDUCAÇÃO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	31
3.1.1 <i>Diagnóstico da situação.....</i>	<i>31</i>
3.1.2 <i>Projetos comunitários e boas práticas atuais</i>	<i>40</i>
3.2 A FAMÍLIA E A MULHER EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	43
3.2.1 <i>Diagnóstico da situação.....</i>	<i>43</i>
3.2.2 <i>Projetos e boas práticas atuais</i>	<i>49</i>
4 BREVE ANÁLISE DE PROJETOS DEDICADOS À INTEGRAÇÃO DAS MULHERES EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	51
5 ROÇA ÁGUA-IZÉ – SITUAÇÃO ATUAL.....	56
5.1.1 <i>Ocupação do território durante a época colonial</i>	<i>56</i>
5.1.2 <i>Situação atual do edificado e respetiva organização funcional.....</i>	<i>59</i>
5.1.3 <i>Sistema das infraestruturas de comunicação</i>	<i>61</i>
6 PROPOSTA DE CENTRO DE APOIO PARA MULHERES	64
6.1.1 <i>Análise SWOT da proposta na Roça Água-Izé</i>	<i>65</i>
6.1.2 <i>Propósito da proposta de projeto</i>	<i>66</i>
6.1.3 <i>Área de intervenção</i>	<i>66</i>
6.1.4 <i>Programa funcional</i>	<i>70</i>

6.1.5	<i>Modelo de uso para São Tomé e Príncipe</i>	77
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
	REFERÊNCIAS	81
	ANEXO A - WORKSHOP	84
	ANEXO B – “AS ROÇAS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: O LIDO E O FOTOGRAFADO”	87

Índice de Figuras

FIGURA 1 - ÁFRICA E LOCALIZAÇÃO DE SÃO TOMÉ PRÍNCIPE E ALINHAMENTO DA LINHA DOS CAMARÕES. FONTE: ELABORADO PELA AUTORA, BASEADO EM (HODGES, NEWITT, 1988).	24
FIGURA 2 - ROÇA SUNDY. PLANTA E FOTOGRAFIA: A) CASA PRINCIPAL; B) SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.	26
FIGURA 3 - ROÇA BOA ENTRADA. PLANTA E FOTOGRAFIA: A) CASA DA ADMINISTRAÇÃO; B) VISTA TERREIRO.	26
FIGURA 4 - ROÇA AGOSTINHO NETO. PLANTA E FOTOGRAFIA: A) VISTA DO HOSPITAL; B) VISTA DA ROÇA.	27
FIGURA 5 - ROÇA DIOGO VAZ. PLANTA E FOTOGRAFIA: A) VISTA DA ROÇA A PARTIR DA CASA DO FEITOR; B) EIXO PEDONAL.	27
FIGURA 6 - ROÇA ÁGUA IZÉ. PLANTA E FOTOGRAFIA: A) E B) VISTA A PARTIR DO HOSPITAL PARA AS SANZALAS E ESCRITÓRIO.	28
FIGURA 7 - ROÇA MONTE CAFÉ. PLANTA E FOTOGRAFIA: A) SECADOR; B) VISTA GARAGEM (1º PLANO) E HOSPITAL (2º PLANO).	28
FIGURA 8 - ROÇA FERNÃO DIAS. PLANTA E FOTOGRAFIA: A) VISTA DO PORTO; B) SANZALA (FONTE: ALEXANDRA CASIMIRO, NOVEMBRO 2021).	29
FIGURA 9 - ROÇA PORTO ALEGRE. PLANTA E FOTOGRAFIA: A) CASA DA ADMINISTRAÇÃO, B) VISTA DA ROÇA (FONTE: CÉSAR SANTOS, NOVEMBRO 2021).	29
FIGURA 10 - EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, ADAPTADO PELA AUTORA (DGPIE-DEP, 2016, p.5).	32
FIGURA 11 - LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS NO DISTRITO DE CANTAGALO.	36
FIGURA 12 - CACAU E ESPETÁCULO DURANTE O JANTAR NO RESTAURANTE "SABOR & ARTE" (NOVEMBRO, 2021).	41
FIGURA 13 - FACA NA ROÇA ÁGUA IZÉ. FONTE: FACA FÁBRICA DAS ARTES AMBIENTE CIDADANIA ATIVA (SETEMBRO, 2019)	41
FIGURA 14 - EXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA ROÇA ÁGUA-IZÉ E EXPOSIÇÃO SOBRE O PLÁSTICO NOS OCEANOS (NOVEMBRO, 2021).	42
FIGURA 15 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EFETIVA FEMININA, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS, ADAPTADO PELA AUTORA (INE-STP, MULHERES EM STP, 2018).	44
FIGURA 16 - PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO ADOLESCENTE (12-19 ANOS) COM FILHOS, ESTUDANTES COM FILHOS, POR DISTRITO, ADAPTADO PELA AUTORA (INE-STP, MULHERES EM STP, 2018).	45
FIGURA 17 - REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO SITUAÇÃO PERANTE ATIVIDADE ECONÓMICA POR SEXO E MEIO DE RESIDÊNCIA, ADAPTADO PELA AUTORA (INE-STP, MULHERES EM STP, 2018).	46
FIGURA 18 - PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS POR SEXO, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE, ADAPTADO PELA AUTORA (INE-STP, MULHERES EM STP, 2018).	47
FIGURA 19 - MULHERES RESPONSÁVEIS DE FAMÍLIA POR DISTRITO DE RESIDÊNCIA, ADAPTADO PELA AUTORA (INE-STP, MULHERES EM STP, 2018).	48
FIGURA 20 - FAMÍLIAS SEGUNDO TIPOLOGIA POR SEXO DO(A) RESPONSÁVEL, ADAPTADO PELA AUTORA (INE-STP, MULHERES EM STP, 2018).	48
FIGURA 21 - IMPACTO DA INTERVENÇÃO SOMA SURF NO ENSINO ESCOLAR (FONTE: HTTPS://WWW.SOMASURF.COM)	50
FIGURA 22 - PLANTA DO CENTRO DE ACOLHIMENTO DAS MULHERES, LOCALIZADO EM BURKINA FASO A OESTE DE ÁFRICA. FONTE: FARE	52

FIGURA 23 – PLANTA DO CENTRO DE OPORTUNIDADES PARA MULHERES, LOCALIZADO EM RUANDA. FONTE: SHARON DAVIS DESIGN	53
FIGURA 24 – PLANTA DO CENTRO PARA MULHERES EM MASAI VILLAGE FONTE: ARCHDAILY	54
FIGURA 25 - EIXOS PROPOSTOS PELO INVESTIGADOR HUGO MACHADO DA SILVA (2016, p.176)	57
FIGURA 26 - LOCALIZAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS E SEDE DA ROÇA ÁGUA IZÉ.....	58
FIGURA 27 - PLANTA DA SEDE ÁGUA IZÉ, ADAPTADA PELA AUTORA DE (SILVA, 2016).....	60
FIGURA 28 – IMAGEM SATÉLITE DA ROÇA ÁGUA IZÉ 2002 VS 2021 À ESQUERDA E MAPEAMENTO DA AUTORA À DIREITA (FONTE: GOOGLE EARTH PRO)	61
FIGURA 29 - SISTEMA VIÁRIO NA ILHA DE SÃO TOMÉ	62
FIGURA 30 - TÁXI PARTILHADO EM STP. FONTE: ALEXANDRA CASIMIRO (NOVEMBRO, 2021).....	63
FIGURA 31 - ESQUEMA DA ROÇA ÁGUA IZÉ.....	67
FIGURA 32 - DISTÂNCIAS PERCORRIDAS DA ROÇA ÁGUA IZÉ AOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NAS SEGUINTE LOCALIDADES: A) RIBEIRA AFONSO; B) SANTANA; C) ALGÉS. FONTE: GOOGLE MAPS	68
FIGURA 33 – FOTOGRAFIA DO INTERIOR DO EDIFÍCIO E ESPAÇO DE CARPINTARIA (NOVEMBRO, 2021).	69
FIGURA 34 - PLANTA DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	71
FIGURA 35 – ALÇADO SUDESTE DO CENTRO DE APOIO DAS JOVENS ADULTAS	75
FIGURA 36 – CORTE LONGITUDINAL NO CENTRO DE FORMAÇÃO DAS JOVENS ADULTAS	75
FIGURA 37 – ALÇADO SUDOESTE	75
FIGURA 38 – ALÇADO NOROESTE DA CRECHE	76
FIGURA 39 - CORTE LONGITUDINAL NO RECREIO SEMIEXTERIOR	76
FIGURA 40 – ALÇADO NORDESTE	76
FIGURA 41 - MAPA DA EQUIPA ROTATIVA.....	78
FIGURA 42 - MAQUETE CONCEPTUAL EM BARRO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO.....	84
FIGURA 43 - PAINÉIS FINAIS.....	86
FIGURA 44 - SELEÇÃO DE FOTOGRAFIAS DA ROÇA FERNÃO DIAS.....	87
FIGURA 45 - SELEÇÃO DE FOTOGRAFIAS DA ROÇA DIOGO VAZ	87
FIGURA 46 - SELEÇÃO DE FOTOGRAFIAS DA ROÇA ÁGUA IZÉ	87
FIGURA 47 - SELEÇÃO DE FOTOGRAFIAS DA ROÇA AGOSTINHO NETO	88
FIGURA 48 - SELEÇÃO DE FOTOGRAFIAS DA ROÇA BOA ENTRADA	88
FIGURA 49 - SELEÇÃO DE FOTOGRAFIAS DA ROÇA PORTO ALEGRE	88
FIGURA 50 . SELEÇÃO DE FOTOGRAFIAS DAS COMUNIDADES E VILAS.....	88
FIGURA 51 - SELEÇÃO DE FOTOGRAFIAS DA NATUREZA	88

Índice de Tabelas

TABELA 1 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, ADAPTADO PELA AUTORA (DGPIE-DEP, 2016, p.5).	31
TABELA 2 - RELAÇÃO ALUNO/TURMA E NÚMERO DE SALAS, ADAPTADO PELA AUTORA (DGPIE-DEP, 2016, p.10).....	33
TABELA 3 - RELAÇÃO ALUNO/TURMA NO ENSINO PÚBLICO, ADAPTADO PELA AUTORA (DGPIE-DEP, 2016, p.25).	34
TABELA 4 - RELAÇÃO ALUNO/TURMA NO ENSINO PÚBLICO, ADAPTADO PELA AUTORA (DGPIE-DEP, 2016, p.54).	35
TABELA 5 - EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE APROVEITAMENTO, REPETÊNCIA E ABANDONO, ADAPTADO PELA AUTORA (DGPIE-DEP, 2016, p.55).....	35
TABELA 6 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO DISTRITO DE CANTAGALO. FONTE: DGPIE-DEP, 2016, p.55	37
TABELA 7 - ALUNOS MATRICULADOS POR CLASSE E POR ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, ADAPTADO PELA AUTORA (DGPIE-DEP, 2016, p.57).....	38
TABELA 8 - ALUNOS MATRICULADOS POR CLASSE E POR ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, ADAPTADO PELA AUTORA (DGPIE-DEP, 2016, p.58).....	38
TABELA 9 - ALUNOS MATRICULADOS POR CLASSE E POR ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, ADAPTADO PELA AUTORA (DGPIE-DEP, 2016, p.59).....	39
TABELA 10 - ALUNOS MATRICULADOS POR CLASSE E POR ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, ADAPTADO PELA AUTORA (DGPIE-DEP, 2016, p.60).....	39
TABELA 11 – ALUNOS MATRICULADOS POR CLASSE E POR ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, A) 11ª CLASSE; B) 12ª CLASSE, ADAPTADO PELA AUTORA (DGPIE-DEP, 2016, p.61-62).....	40
TABELA 12 – ANÁLISE SWOT.....	65
TABELA 13 – ÁREAS ÚTEIS MÍNIMAS DE NOVOS ESTABELECIMENTOS DO LNEC VS ÁREAS DO PROJETO	74

Glossário das siglas

CACAU – Casa das Artes, Criação, Ambiente e Utopias

DEP – Direção de Estatística e Planeamento

DGPIE – Direção Geral de Planeamento e Inovação Educativa

EN – Estrada Nacional

ENIEG – Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género

FACA – Fábrica das Artes Ambiente Cidadania Ativa

INE – Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe

INPG – Instituto Nacional para a Promoção de Igualdade e Equidade de Género

MECCC – Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação

ONG – Organização Não Governamental

SOMA – Surfistas Orgulhosas na Mulher d'África

STP – São Tomé e Príncipe

UNFPA – United Nations Population Fund

Nota: Todas as fotografias/figuras e esquemas são da autoria da estudante que apresenta o documento em questão.

“Education is the most powerful weapon which you can use to change the world” – Nelson Mandela

1 Introdução

As mulheres de São Tomé e Príncipe sofrem de inúmeros problemas como o abandono escolar, gravidez precoce, violência doméstica e familiar (INE, 2018). Apesar destas mulheres assumirem papéis importantes no meio familiar e social, as suas condições de vida e trabalho são precárias e ainda é necessário percorrer um longo caminho para a emancipação e igualdade da população feminina.

A presente dissertação aborda a história colonial de São Tomé e Príncipe e assentamentos agrícolas conhecidos como *roças*, tema com uma literatura ampla e extensa. São Tomé e Príncipe funcionou como um entreposto estratégico de comércio de pessoas escravizadas, que atuou para além da abolição da escravatura, e como centro de comércio de cacau e café chegando a tornar-se num dos maiores exportadores de cacau do mundo. Projetando-se na contemporaneidade, este trabalho questiona o papel das mulheres nas roças, e como é que a partir do património arquitetónico e cultural deste território seria possível propor estratégias para a (re)integração das mulheres tanto no sistema educativo como no sistema económico do país.

O foco de estudo é a roça Água-Izé, aldeia no distrito de Cantagalo, na parte oriental da ilha de São Tomé, cuja organização espacial e edificado arquitetónico foram planeados e implementados para servir como assentamento agroindustrial durante a época colonial. Esta roça localiza-se próximo de um dos eixos viários mais importantes que conecta o local à capital santomense, a cidade de São Tomé.

1.1 Pergunta de investigação

O tema central desta investigação surgiu do interesse da autora sobre o empoderamento da mulher na sociedade contemporânea e do desafio de aprofundar o caso de estudo em São Tomé e Príncipe após a visita da mesma ao país. Durante a estadia, em novembro de 2021, com um grupo de seis estudantes da unidade curricular de *Projeto Final de Arquitetura* do Iscte pôde observar de uma forma pontual como é que este problema tomava forma no país.

A pergunta de investigação que este estudo pretende responder é como seria possível recuperar o património cultural e arquitetónico da época colonial com enfoque num caso específico, a roça Água Izé, de modo a contribuir para a solução de algumas problemáticas relacionadas com integração da população feminina, inclusive das jovens mães, no sistema de ensino público e trabalho qualificado.

1.2 Objetivos

O objetivo da presente investigação é propor um modelo concebido para contribuir à melhoria das condições de vida e que sirva de apoio ao ensino, educação escolar e à integração das jovens na sociedade e no mundo do trabalho qualificado, sobretudo as que foram mães precocemente. Como objetivos específicos pretende-se: i) desenvolver um modelo de requalificação das roças, com foco na roça Água Izé, que promova a integração das mulheres proporcionando valores de inclusividade e equidade. Detalhadamente, este estudo tem como propósito perceber qual é o papel das mulheres nas roças atualmente e como poderia ser melhorado através das ações estratégicas factíveis num contexto de escassos recursos económicos e com relevantes constrangimentos locais.

No âmbito deste modelo proposto, está incluído a implementação de um sistema de ensino escolar público dedicado às mesmas para a conclusão do ciclo de estudos após serem mães; ii) requalificar e reabilitar o edificado da Roça Água Izé de modo sustentável nas suas várias dimensões, social, económica e ecológica; iii) conceber um espaço multifuncional que promova a (re)integração das mulheres na Roça Água-Izé; iv) definir princípios gerais que permitam aplicar o modelo nas outras roças do país.

Salienta-se que esta proposta é alinhada com as diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), identificados na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015 (Silva, 2020): #4 Educação de Qualidade – Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; #5 Igualdade de género – Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas.

1.3 Metodologia e fases de trabalho

Este trabalho foi desenvolvido durante o ano curricular, no âmbito da unidade curricular de *Projeto Final de Arquitetura*, com uma pesquisa documental de diferentes fontes, visita de campo, entrevistas a moradores nas roças visitadas e partes interessadas ao processo de desenvolvimento cultural e económico deste território, bem como análises de dados estatísticos, ao longo de cinco fases de trabalho: i) revisão da literatura; ii) pesquisa temática (análise dos dados), iii) visita *in situ*; iv) reelaboração dos dados (i, ii, iii); v) elaboração da proposta projetual.

Na primeira fase de trabalho, iniciou-se o estudo do território e a história de São Tomé e Príncipe, as roças e os conceitos associados ao tópico de investigação em questão. Este caso de estudo foi proposto pelas professoras Sara Eloy e Stefania Stellacci no âmbito da disciplina de

Projeto Final de Arquitetura. Como bibliografia base foi analisado um conjunto de trabalhos, dos quais são destacados os autores Hugo Machado da Silva (2016), Ana Silva Fernandes (2015), Isabel Castro Henriques (2001, 2019), Gerhard Seibert (2002), Augusto Nascimento (2002, 2012), Duarte Pape e Rodrigo Rebelo de Andrade (2013), entre outros. Posteriormente, foram realizadas sessões de debates sobre os aspetos socioeconómicos e vivências nos assentamentos agrícolas, as características demográficas e a educação.

Na segunda fase do trabalho, foram analisados os dados gráficos e tabelas associados ao tema, realizados pelo Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe (INE), nomeadamente: a população feminina em São Tomé e Príncipe, as características dos agregados familiares, um enquadramento nacional do sistema de ensino. Depois da recolha e análise destes dados, foi desenvolvida uma análise geral das roças de forma a entender as que se identificam com os problemas existentes e onde existe uma maior probabilidade para resolvê-los, foi também desenvolvido um estudo das distâncias percorridas entre roça-escola e uma contabilização dos estabelecimentos de ensino públicos para compreender o fenómeno do abandono escolar no território.

Na terceira fase de trabalho, foi realizada uma visita *in situ* às ilhas de São Tomé e Príncipe em novembro de 2021, onde foi possível visitar um conjunto de oito roças (Agostinho Neto, Água-lzé, Boa Entrada, Diogo Vaz, Fernão Dias, Monte Café, Monte Forte, Porto Alegre). Nesta visita foi possível recolher informações de testemunhos de comunidades residentes nas roças, entre os quais as mulheres, de diferentes faixas etárias, de forma a entender melhor a realidade deste grupo na sociedade santomense e que diferentes papéis as mulheres assumem no dia a dia.

A recolha destes testemunhos foi informal durante toda a visita às ilhas onde esteve sempre bem presente a receção de braços abertos e a descontração *leveleve*¹ (Dantas, 2021), característica cultural marcante de São Tomé e Príncipe. Durante várias conversas informais com as mulheres foi questionado como eram as suas experiências de vida e como era ser mulher e mãe em São Tomé e Príncipe. No decorrer da viagem, foram feitos registos fotográficos que representam a expressão da ilha no que toca à paisagem natural e humana.

Na quarta fase do trabalho, foi realizada uma análise aos dados obtidos durante a viagem e a continuação do estudo dos conceitos associados ao tópico de investigação. A nível projetual,

¹ Definição da expressão *leveleve* retirada da tese de doutoramento do antropólogo Emiliano Dantas - «Em São Tomé, a categoria *leveleve* explica a maneira como os santomenses colocam no corpo sua consciência, sua forma de viver e aprender no mundo. Se o modelo de escola colonial controla o tempo das pessoas e enquadra como se deve assimilar o conhecimento, o *leveleve* nos indica esse senso de liberdade, de servir a si.» (Dantas, 2021, p.251)

iniciou-se uma análise visual através dos registos fotográficos e ao estudo dos edifícios da Roça Água Izé, que serviu para identificar o edifício que viria a ser objeto de estudo. Subsequentemente, iniciou-se a análise de alguns casos de estudo situados noutros países no território africano procurando contextos socioeconómicos semelhante à que é encontrada em São Tomé e Príncipe. Em março de 2022, os 6 estudantes² das roças realizaram uma exposição na biblioteca do Iscte titulada *As Roças de São Tomé e Príncipe – o lido e o fotografado*. Nesta fase de trabalho houve novamente a necessidade de consultar bibliografia específica, desta vez por autores como Herman Hertzberger (2008), Prakash Nair, Randall Fielding, Jeffery Lackney (2009), Rotraut Walden (2009), Neufert (2017), entre outros.

Na quinta e última fase do trabalho, reuniu-se toda a informação obtida até ao momento e, procurando atingir os objetivos estabelecidos previamente, começou-se por desenvolver o projeto arquitetónico, na perspetiva de poder contribuir para o bem-estar de uma sociedade feminina mais justa e inclusiva.

1.4 Estrutura da tese

O trabalho divide-se em cinco capítulos.

Após ser introduzido os objetivos principais, as fases de projeto e a abordagem metodológica, o segundo capítulo, *As Roças de São Tomé e Príncipe, passado e presente*, apresenta um breve enquadramento histórico e geográfico de São Tomé e Príncipe, o entendimento do conceito da roça, designadamente a configuração espacial definida durante a época colonial.

No terceiro capítulo, *Educação e Género em São Tomé e Príncipe*, é apresentada uma breve introdução aos tópicos em conjunto com a recolha de alguns dados relevantes para o desenvolvimento desta investigação, nomeadamente a educação e a condição das mulheres em São Tomé e Príncipe.

No quarto capítulo, *Boas práticas em países em desenvolvimento de projeto para integração das mulheres*, apresentam-se alguns exemplos de projetos participativos e culturais no território em análise.

O foco do quinto capítulo, *Roça Água-Izé: situação atual*, estuda a ocupação do território ao longo dos séculos desde a época colonial até à atualidade.

No sexto capítulo, *Roça Água-Izé: projeto*, é apresentado o projeto arquitetónico baseado na proposta de reabilitação de um conjunto de edifícios existentes e de requalificação da envolvente para garantir o uso pela comunidade. São apresentadas as conclusões retiradas do

² Alexandra Casimiro, Carolina Chalana, César Santos, Inês Paulo, Rafael Abu-Raya, Rui Brito

desenvolvimento e enfatizada a relevância deste trabalho e o impacto que pode vir a ter no contexto social em análise.

2 As Roças de São Tomé e Príncipe, passado e presente

Este capítulo visa apresentar um breve enquadramento histórico e geográfico da ilha e um enquadramento da classificação tipológica das roças retirado das observações feitas por Duarte Pape e Rodrigo Rebelo de Andrade (2013, pp. 40-55).

Neste contexto é relevante entender e analisar o significado da roça, pois trata-se de um termo polissémico. No seu sentido literal, o termo *roça*³ no dicionário português, tem o significado de i) o ato ou efeito de roçar; ii) terreno com plantações extensas; iii) lugar ou sítio onde se corta o mato; iv) terreno cheio de mato ou com o mato muito grande; ou v) em São Tomé e Príncipe propriedade com agricultura de plantação. Duarte Pape e Rodrigo Rebelo Andrade afirmam no seu livro *As roças de São Tomé e Príncipe* que, *roça* era significativa de «(...) *um pequeno estabelecimento agrícola que resultava do ato de roçar o mato e se destinava às culturas de subsistência (...)*» (Pape & Andrade, 2013, p. 22).

O facto de o significado da palavra ter ficado associado a São Tomé e Príncipe e às plantações, demonstra como a palavra acabou por ganhar o carácter de adjetivo ou característica, no contexto santomense, sendo já parte integrante da cultura da ilha. Desta forma, parece imperativo para a pesquisa, apresentar o enquadramento histórico e geográfico de São Tomé e Príncipe e entender a estrutura organizativa das roças e como é que as mesmas se foram estabelecendo pelo território.

2.1 Breve enquadramento histórico e geográfico

São Tomé e Príncipe é um arquipélago de ilhas situadas no Oceano Atlântico, próximo do Golfo da Guiné a uma distância de 300 km da costa ocidental do continente africano.

Este pequeno arquipélago de cariz vulcânico está alinhado na direção NE-SW coincidente com a linha vulcânica dos Camarões, indicado na Figura 1 (Hodges e Newitt, 1988).

O arquipélago perfaz uma área total de 1001 km² (859 km² em São Tomé e 142 km² no Príncipe). A topografia da ilha influenciou a forma de ocupação e do assentamento do edificado ao longo dos séculos. Foram escolhidas áreas menos acidentadas na zona nordeste, a faixa litoral, onde se observa maior densidade populacional (IMVF, CEGOT-UC, 2010; Ana Fernandes, 2015, 299-300).

³ Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/roça>. [último acesso: 30/09/2021].

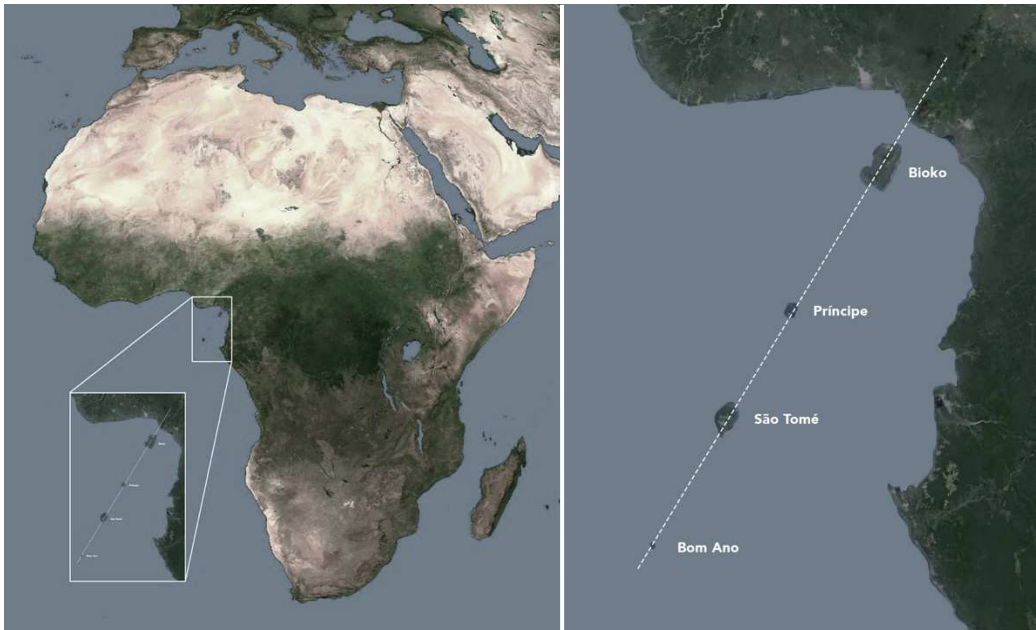


Figura 1 - África e localização de São Tomé Príncipe e alinhamento da linha dos Camarões. Fonte: Elaborado pela autora, baseado em (Hodges, Newitt, 1988).

O país é caracterizado por ter um clima equatorial, quente e húmido, que se deve à sua localização geográfica. As temperaturas médias anuais rondam entre os 22º e 30º e a humidade entre os 70% e 80%. A estação húmida decorre entre Outubro e Maio e a estação seca decorre entre Junho e Setembro, designada por gravana.

As ilhas de São Tomé e Príncipe eram desabitadas até o avistamento dos navegadores portugueses João de Santarém e Pêro Escobar, em 1470. Rapidamente, iniciou-se o povoamento da ilha «*constituída na sua maioria por negros vindos da costa africana, (...) muitos portugueses metropolitanos e madeirenses, judeus (...) e, ainda, diversos estrangeiros*» (Agência-Geral do Ultramar, 1964, p.16). Posteriormente, as ilhas vieram a servir como centro comercial vital para o comércio atlântico de pessoas escravizadas, cuja condição laboral foi estudada pelo Nascimento (2002) e Seibert (2002).

Após a chegada dos portugueses, provou-se que São Tomé e Príncipe era um território particularmente fértil para o cultivo de açúcar. A produção era feita na faixa litoral da ilha, pois eram necessários os cursos de água para colocar os engenhos a trabalhar e regar os campos. Foi uma altura de grande prosperidade para São Tomé e Príncipe, embora não tenha durado muito devido a vários fatores, sendo os principais: a produção de sacarina não ser tão rentável como era no Brasil e a qualidade inferior.

No século XVIII, São Tomé e Príncipe tornou-se um dos principais pontos de passagem de navios das rotas do Atlântico Sul, das Índias e das Américas e consequentemente, o tráfico negreiro passa a representar a principal fonte de riqueza da Coroa portuguesa. Porém, em 1807, iniciou-

se o processo de abolição da escravatura por parte das colónias inglesas. A ação fez com que os países dependentes do tráfico negro, como Portugal, entrassem numa crise profunda e fossem obrigados a explorar outras formas de enriquecimento e novas culturas de plantação.

No século XIX, iniciou-se a exploração de café e de cacau, o que levou à implantação de numerosas estruturas agrárias, conhecidas como roças, que permitiram uma grande capacidade produtiva, tendo em 1913 atingido um recorde na exportação do cacau (Pape & Andrade, 2013). Nas primeiras duas décadas do século XX, São Tomé e Príncipe continuava a ser dos maiores produtores de cacau do mundo. Contudo, ao longo do século, o valor monetário do cacau foi diminuindo devido aos danos da economia mundial, agravada por fatores como: as pragas de insetos, em 1919; a Primeira Guerra Mundial *ou o crash* da bolsa de Nova Iorque, em 1929. Consequentemente, entre as décadas de 40 e 60, a produção agrícola foi diminuindo gradualmente, e com a falta de investimento para a mão de obra e para levar a produção a bom porto as roças tornaram-se difíceis de manter.

A 12 de julho de 1975, São Tomé e Príncipe proclamou a sua independência e as companhias agrícolas do arquipélago foram nacionalizadas *«traçando um novo mapa de sedes e dependências. Manteve-se o funcionamento da maioria dos serviços hospitalares e educativos das roças, com o Estado santomense a assumir todos os cargos administrativos e encargos financeiros dos antigos roceiros. No entanto, o arrastar do modelo público de gestão contribuiu para a transformação das unidades de produção em unidades insustentáveis do ponto de vista económico.»* (Pape & Andrade, 2013, p.179).

Quinze anos após a independência, foi efetuada uma reforma agrária que implicou uma estadualização das terras e uma redistribuição das roças pelos antigos trabalhadores, imposta pelo Banco Mundial (Seibert, 2002). As roças perderam a sua estrutura económica e consequentemente, sem apoio do estado, começaram a ficar degradadas e a perder o património que outrora representava.

Neste contexto, e devido à baixa literacia dos santomenses e falta de oportunidades para os mais jovens, houve também um aumento na utilização das roças única e exclusivamente como suporte habitacional sem que se tirasse partido destas estruturas como um possível veículo económico.

Salienta-se que a elevada taxa de analfabetismo é um dos grandes problemas do país. Enquanto no ensino básico a diferença entre género é muito pouca, no ensino secundário, acima dos 15 anos, a taxa de analfabetismo é muito superior nas mulheres (cerca de 15% das mulheres e 5,1% dos homens). Esta diferença de género no ensino está diretamente relacionada com a grande taxa de jovens mulheres que engravidam da adolescência e que, por falta de ajudas externas, a sua inserção no mundo profissional fica comprometida.

Este problema acaba por se traduzir numa bola de neve no país, em que a diferença de género no ensino e no meio económico só aumenta, e consequentemente, também a taxa de pobreza (Oliveira & Azevedo, 2016, p.24).

2.2 As Roças e a sua configuração espacial

Baseado na classificação tipológica proposta pelos investigadores Duarte Pape e Rodrigo Rebelo de Andrade (2013) é apresentada uma breve análise da configuração espacial das roças.

A *roça-terreiro* representa um dos primeiros modelos de assentamento agroindustrial no arquipélago. Destaca-se pela adaptação à topografia do terreno, permitindo que qualquer tipo de cultura fosse produzido facilmente, e consequentemente, é o modelo mais comum em São Tomé e Príncipe. Este conjunto de edificado organiza-se em torno de um *terreiro*, como podemos observar nas Figuras 2 e 3, que se caracterizava por ser o ponto central da roça e possibilitava um maior controlo dos trabalhadores. Era encerrada em várias frentes, e apresentava uma configuração interna mais fechada que possibilitava um maior controlo do proprietário para toda a propriedade.

Alguns exemplos são a roça Boa Entrada ou Valle Flôr, na ilha de São Tomé, Belo Monte ou Sundry, na ilha do Príncipe.



Figura 2 - Roça Sundry. Planta e fotografia: a) casa principal; b) serviços administrativos.



Figura 3 - Roça Boa Entrada. Planta e fotografia: a) casa da administração; b) vista terreiro.

A *roça-avenida* é o modelo de assentamento fundamentado a partir do primeiro modelo acima referido. A organização das roças continuava a partir do *terreiro*, mas como estas evoluíram para estruturas de maior dimensão, organizado segundo um eixo orientador principal. O eixo orientador percorre a roça por inteiro e num geral, nos seus topos, podemos encontrar uma entrada ou um dos edifícios de maior importância da roça. Este modelo já apresenta estruturas com uma maior intencionalidade arquitetónica, dimensão e rigor, visto que já existia um conhecimento mais aprofundado das técnicas de exploração do cacau, representando assim todo o controlo e mestria adquirida sob este património, durante a produção do cacau e do café.

Este modelo pode ser encontrado em roças como a Agostinho Neto ou Diogo Vaz, na ilha de São Tomé.



Figura 4 - Roça Agostinho Neto. Planta e fotografia: a) vista do hospital; b) vista da roça.



Figura 5 - Roça Diogo Vaz. Planta e fotografia: a) vista da roça a partir da casa do Feitor; b) eixo pedonal.

A *roça-cidade* representa a evolução conforme a necessidade de ampliação dos espaços e dos equipamentos, o que permitiu a criação de um modelo diferente dos anteriores. Consiste numa «malha de ruas, jardins e praças, cada qual com sua função e importância» que posteriormente, cresce ao redor do espaço principal consoante o aumento da população, muito semelhante ao crescimento das cidades. Este modelo permitia uma separação do edificado de acordo com o programa e era organizado em eixos (Figuras 6 e 7), que procedia à diferenciação das unidades

habitacionais, de assistência e de produção. Este modelo era também ajustado conforme as características do terreno onde estava inserido, e acabava por originar assentamentos de comunidades. Este modelo pode ser encontrado em roças como a Água Izé ou Monte Café, na ilha de São Tomé.



Figura 6 - Roça Água Izé. Planta e fotografia: a) e b) vista a partir do hospital para as sanzalas e escritório.



Figura 7 - Roça Monte Café. Planta e fotografia: a) secador; b) vista garagem (1º plano) e hospital (2º plano).

As *roças atípicas* pertencem ao grupo de roças que não se identificam com os modelos anteriormente mencionados. São casos únicos que não seguiam regras organizacionais e por isso, adaptavam-se conforme as características topográficas e/ou a composição do programa. O autor afirma que «*se por um lado refletem os métodos empíricos e pragmáticos da sua expansão, por outro contribuem para a riqueza tipológica global.*» (Pape & Andrade, 2013, p. 52)

Este modelo pode ser encontrado em roças como a Fernão Dias ou Porto Alegre, na ilha de São Tomé.



Figura 8 - Roça Fernão Dias. Planta e fotografia: a) vista do porto; b) sanzala (Fonte: Alexandra Casimiro, novembro 2021).



Figura 9 - Roça Porto Alegre. Planta e fotografia: a) casa da Administração, b) vista da roça (Fonte: César Santos, novembro 2021).

2.3 A Roça de São Tomé e Príncipe

As roças são um elemento simbólico colonial que representa um marco histórico de São Tomé e Príncipe. Estas infraestruturas agroindustriais estão presentes por todo o país e fazem parte do quotidiano das comunidades, embora profundamente marcadas por uma colonização que levou a cabo uma exploração agrícola excessiva e recorreu ao uso de trabalho escravo.

Os arquitetos Ana Fernandes, Manuel Fernandes de Sá e Rui Fernandes Póvoas (2012) descrevem as roças não só como laboratórios de experimentação de culturas e depuração de soluções técnicas, mas como também uma base de estruturação da paisagem física e humana (p. 157). As intervenções de equipamentos com programas destas dimensões deram espaço para um desbravamento intenso e uma experimentação do território.

São Tomé e Príncipe tornou-se um país independente em 1975, e, por conseguinte, as roças foram nacionalizadas. Estas passaram a ser administradas pelo Estado, porém este apropriou-se das infraestruturas e perpetuava um modelo de trabalho semelhante ao da época colonial, mantendo a produção do cacau, a prática que mais rendeu no país, e não deu espaço para outros

tipos de cultura. Quinze anos mais tarde, foi posto em prática a reforma agrária que fez com que o Estado fosse obrigado a distribuir as terras pelos antigos trabalhadores agrícolas. A partir deste momento, as roças deixaram de ter o significado estabelecido da palavra e passaram a funcionar como aldeias improvisadas (Fernandes, Fernandes de Sá, Póvoas, 2012, p. 161). Consequentemente, o programa das propriedades colocou de parte a produção agrícola excessiva e focou-se na plantação de culturas de subsistência, promovendo uma relação de proximidade entre os habitantes.

A população passa a habitar uma aldeia configurada às suas necessidades contemporâneas usufruindo das antigas infraestruturas existentes. As alterações são frequentes por causa da constante necessidade de adaptação dos equipamentos existentes para habitação, resultado de um aumento da população; uma divisão das parcelas de exploração agrícola, no seguimento da distribuição de terras pelos trabalhadores; e uma demanda de equipamentos novos para colmatar as necessidades do dia a dia da comunidade, como escolas e igrejas.

Atualmente, as *roças* presentes na ilha funcionam como aldeias e as oito visitadas, em novembro de 2021, não são exceção. A passagem breve por cada uma delas e o estudo *à posteriori* permitiu ter a validação que necessitávamos. Existe uma perda de equipamentos sociais para colmatar as necessidades habitacionais e não sendo estas suficientes, continua a verificar-se uma expansão no território. Desse modo, é observada uma “facilidade” de vivência e adaptação do espaço por parte da comunidade santomense, contudo não podemos esquecer que a população vive abaixo do limiar da pobreza.

Como resultado, é necessário definir soluções para esta problemática e estas passam pela requalificação e reabilitação do património, preservando o uso do espaço feitas as alterações necessárias. A implementação de programas estratégicos integrados e iniciativas que estimulem o programa do equipamento é também uma solução para a organização do território e envolve a comunidade em projetos participativos.

3 Educação e género em São Tomé e Príncipe

3.1 A educação em São Tomé e Príncipe

Quando analisada a esfera escolar de São Tomé e Príncipe foi verificado que o ensino escolar se divide em três etapas. A primeira é a educação pré-escolar (jardim de infância), que é facultativa e é destinada a crianças com idades compreendidas entre os três anos e a entrada na escolaridade obrigatória. A segunda e a terceira estão abrangidas como os anos de escolaridade obrigatória, e dividem-se entre o ensino básico e o ensino secundário, ou seja, todos os alunos que frequentam a 1ª classe até à 12ª classe.

3.1.1 Diagnóstico da situação

Nos últimos dados disponíveis do *Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação* (MECCC), é possível verificar que existem 223 estabelecimentos de ensino em São Tomé e Príncipe. O distrito de Água Grande é o local com maior número de estabelecimentos de ensino e o distrito de Caué tem o menor número de estabelecimentos de ensino (Tabela 1), o que é explicado pelo facto de Água Grande ser o distrito com mais população e o distrito de Caué ser o que tem menos população.

Tabela 1 - Estabelecimentos de ensino em São Tomé e Príncipe, adaptado pela autora (DGPIE-DEP, 2016, p.5).

Distrito	Pré-escolar	Básico	Secundário	Total
Água Grande	25	21	4	50
Mé-Zochi	19	20	5	43
Cantagalo	13	10	5	28
Caué	7	10	4	21
R. A. do Príncipe	15	9	4	28
Lembá	13	11	3	27
Lobata	13	11	2	26
Nacional	105	92	27	223

Com base no documento anteriormente mencionado, é possível verificar que existe um esforço da parte do MECCC para que os alunos continuem a frequentar o ensino obrigatório. Desde o ano letivo de 2013/2014 até o ano letivo 2015/2016 (último ano com informações detalhadas),

existe uma evolução positiva da taxa bruta de escolarização, à exceção do Ensino Básico e o Secundário via Técnica (figura 10).

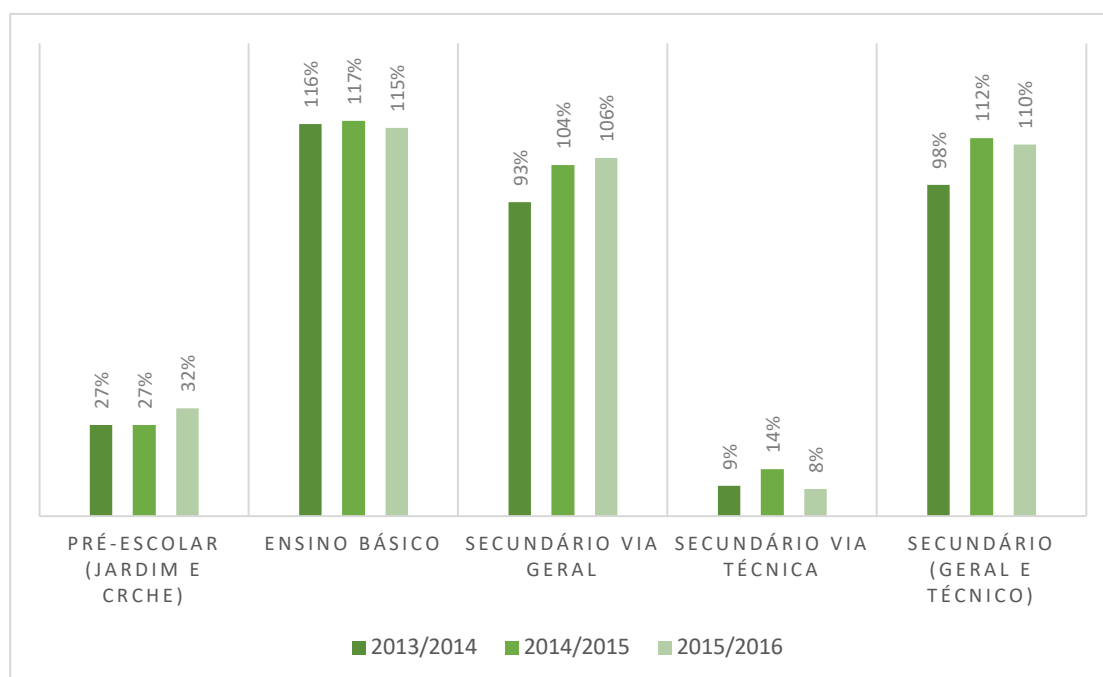


Figura 10 - Evolução da taxa bruta de escolarização em São Tomé e Príncipe, adaptado pela autora (DGPIE-DEP, 2016, p.5).

A contrastar, o pessoal docente com habilitações adequadas para o exercício da função é baixo. No primeiro nível de ensino, pré-escolar, apenas um 1/5 do pessoal docente (19,7%) possui a formação adequada. Em contradição, 78,8% do restante pessoal docente não possui qualquer tipo de formação e os restantes 1,4% possuem formação, mas não na área pedagógica. Relativamente ao ensino básico, quase 1/3 do pessoal docente (29,2%) possui a formação adequada para lecionar, contra os 63,2% que não possuem formação em nenhuma área de ensino e os 7,6% que possuem formação, mas noutra área.

A taxa bruta de admissão na 1ª classe (ensino básico) situa-se acima dos 100%, devido à obrigatoriedade escolar. A taxa do acesso à 6ª classe esteve à volta dos 85,5%, enquanto no ano anterior o valor era superior por 12,4% perfazendo um total de 97,9%. Durante a 5ª e 6ª classe (2º ciclo), existe um abandono escolar de 3%. A taxa bruta de admissão na 7ª classe (ensino secundário) rondou os 95%. Já a taxa bruta de escolarização no ensino secundário (via geral), no 1º ciclo foi positivo com um valor de 90%, sendo que no 1º ciclo correspondeu a 113,9% e no 2º ciclo correspondeu a 63,4% (Técnicos da Direção de Estatística e Planeamento, 2016).

3.1.1.1 Ensino pré-escolar

O ensino pré-escolar conta com 105 estabelecimentos em São Tomé e Príncipe. A distribuição destes encontra-se dividida por 86 públicos e 19 privados. No ano letivo de 2015/2016, estavam inscritos 9947 estudantes. Os distritos Água Grande e Mé-Zochi contam com o maior número de estabelecimentos, respetivamente 25 e 19, ao contrário do distrito de Caué que conta apenas com 7 estabelecimentos.

Como mencionado anteriormente, o número de profissionais, no ensino pré-escolar, com qualificações adequadas é baixo (19,7%). A relação criança/educador(a) encontrava-se no valor de 80, enquanto o coeficiente crianças/auxiliares encontrava-se no valor de 20. Neste rácio estão contabilizados os educadores que possuem formação não pedagógica, assim como os auxiliares com e sem formação ou instruções básicas.

A taxa de cobertura, a nível global, encontrava-se em 32,3%, sendo que, só na faixa etária dos 4 aos 5 anos, a cobertura atingiu os 59,6% o que indica que, uma parte considerável de crianças dentro desse grupo, não frequentou o ensino pré-escolar. Desta forma, o desenvolvimento cognitivo dos mesmos poderá estar comprometido, e consequentemente, a sua participação ativa, prestação e sucesso no ensino básico.

Tabela 2 - Relação aluno/turma e número de salas, adaptado pela autora (DGPIE-DEP, 2016, p.10).

Distrito	Total			Nº de turmas			Relação aluno/turma
	Escolas	Efetivos	Salas	Manhã	Tarde	Total	
Água Grande	10	3633	54	45	25	70	51,9
Mé-Zochi	15	1418	39	29	6	35	40,5
Cantagalo	14	856	31	29	3	32	26,8
Caué	6	395	17	14	0	14	28,2
R. A. do Príncipe	15	744	39	36	2	38	19,6
Lembá	12	1157	31	32	3	35	33,1
Lobata	14	860	30	32	0	32	26,9
Nacional	86	9063	241	217	39	256	35,4

3.1.1.2 Ensino Básico

O ensino básico conta com 92 estabelecimentos em São Tomé e Príncipe. A distribuição destes encontra-se dividida por 87 públicos e 5 privados. No ano letivo de 2015/2016, estavam inscritos 36394 estudantes. Os distritos Água Grande e Mé-Zochi contam com o maior número de estabelecimentos, respetivamente 21 e 20, ao contrário do distrito Região Autónoma do Príncipe que conta apenas com 9 estabelecimentos.

Também no ensino básico, o índice de docentes com qualificações adequadas é baixo (29,2%), como já referido anteriormente, que aliado à relação aluno/turma a nível nacional, que varia entre 30 e 51 alunos (Tabela 3), torna difícil o acompanhamento do professor a toda a turma.

Tabela 3 - Relação aluno/turma no ensino público, adaptado pela autora (DGPIE-DEP, 2016, p.25).

Distrito	Nº de escola	1ª classe		2ª classe		3ª classe		4ª classe		5ª classe		6ª classe	
		Total turma	Relação aluno/turma	Total turma	Relação aluno/turma	Total turma	Relação aluno/turma	Total turma	Relação aluno/turma	Total turma	Relação aluno/turma	Total turma	Relação aluno/turma
Água Grande	16	61	39	82	40	60	34	63	40	41	53	42	51
Mé-Zochi	20	37	36	40	44	36	32	35	41	13	88	11	96
Cantagalo	10	15	32	17	42	13	33	16	37	12	39	14	35
Caué	10	12	19	8	39	12	15	8	35	5	40	4	43
R. A. do Príncipe	9	13	27	15	24	14	21	12	26	9	26	8	29
Lembá	11	19	29	19	30	18	30	17	30	10	49	9	47
Lobata	11	18	32	25	34	17	29	21	34	15	42	15	38
Nacional	87	175	34	206	38	170	30	172	37	105	51	103	49

3.1.1.3 Ensino Secundário

O ensino secundário conta com 27 estabelecimentos em São Tomé e Príncipe, que se distribuem por 26 públicos e 1 privado. No ano letivo de 2015/2016, estavam inscritos 22649 estudantes. Os distritos, Cantagalo e Mé-Zochi, conta com 5 estabelecimentos de ensino e são os distritos com a maior incidência de infraestruturas escolares ao contrário do distrito Lobata, que conta com 2 estabelecimentos de ensino.

A relação aluno/turma no secundário variou entre 49 e 59, conforme indica a Tabela 4 e ao analisar em detalhe a tabela é possível verificar que o distrito de Lembá não ofereceu 11ª e 12ª classe e o distrito de Lobata não ofereceu a 10ª, 11ª e 12ª classe.

Tabela 4 - Relação aluno/turma no ensino público, adaptado pela autora (DGPIE-DEP, 2016, p.54).

Distrito	Nº de escola	7ª classe		8ª classe		9ª classe		10ª classe		11ª classe		12ª classe	
		Total turma	Rácio aluno/turma	Total turma	Rácio aluno/turma	Total turma	Rácio aluno/turma	Total turma	Rácio aluno/turma	Total turma	Rácio aluno/turma	Total turma	Rácio aluno/turma
Água Grande	3	33	54	25	72	48	44	10	69	28	58	13	58
Mé-Zochi	5	30	55	29	58	18	48	7	48	10	42	20	51
Cantagalo	5	7	62	6	62	10	59	15	54			7	46
Caué	4	5	44	6	29	4	42	1	67	1	56		
R. A. do Príncipe	4	7	36	6	33	6	45	5	34	3	44	3	32
Lembá	3	6	59	6	67	7	65	3	53	-	-	-	-
Lobata	12	12	59	9	58	9	62	-	-	-	-	-	-
Nacional	26	100	54	87	59	102	49	41	54	42	57	43	51

Conforme a Tabela 5, assinala-se que a taxa de aproveitamento subiu do ano letivo 2013/2014 para 2014/2015, porém no ano letivo 2015/2016 sofreu uma descida acentuada (61%). Em relação à taxa de repetição, no ano letivo 2013/2014 e 2014/2015 manteve-se a mesma (22%), mas no ano seguinte piorou situando-se nos 29%. Por último, relativamente à taxa de abandono a taxa tem vindo a diminuir à exceção do último ano letivo 2015/2016 onde sofreu um ligeiro aumento de 1%. Desta forma, é possível assinalar que a eficácia do sistema neste nível de ensino continua a ser fraca, comparativamente aos valores que seriam expectados.

Tabela 5 - Evolução das taxas de aproveitamento, repetência e abandono, adaptado pela autora (DGPIE-DEP, 2016, p.55).

Taxas	Ano 2013/2014				Ano 2014/2015				Ano 2015/2016			
	7ª C	8ª C	9ª C	Global	7ª C	8ª C	9ª C	Global	7ª C	8ª C	9ª C	Global
Aproveitamento	81%	71%	49%	67%	82%	75%	54%	70%	78%	65%	41%	61%
Repetição	12%	23%	30%	22%	14%	22%	30%	22%	19%	30%	39%	29%
Abandono	7%	7%	20%	11%	4%	3%	16%	8%	2%	6%	19%	9%

Em suma, é possível verificar que no distrito de Água Grande é onde se concentra a maior taxa de conclusão do ensino obrigatório, no entanto, é importante realçar que, nos restantes distritos de São Tomé e Príncipe, existe um número significativamente menor de estabelecimentos de ensino.

O menor número de escolas traduz-se em pequenos detalhes que podem comprometer o acesso e término da escolaridade obrigatória. A distância casa-escola é maior do que seria o esperado

o que, aliado à falta de existência de transportes escolares, acaba por ser um fator determinante para a comparência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino.

A falta de infraestruturas públicas de ensino poderia ser colmatada com apoios monetários às famílias que vivem numa zona desprovida tanto de escolas, como de transporte escolar. Os apoios monetários poderiam ser usados para ingressar os alunos em estabelecimentos de ensino privados mais próximos das suas residências, quase como um financiamento do governo, para garantir o acesso das crianças e jovens ao ensino básico. Este é um modelo usado em outros países, nomeadamente em Portugal, onde nas zonas de residência em que a escola pública não está acessível ao estudante, o mesmo é ingressado num ensino de educação privado, onde a propina é parcialmente apoiada pelo estado. (Diário da República, 2021)

Focando-se no distrito de Cantagalo, área de estudo onde se situará o projeto, existem 28 estabelecimentos de ensino, desde o ensino pré-escolar ao ensino secundário, sendo que a maior parte das infraestruturas encontram-se em zonas onde o declive é menos acentuado, como é possível observar na Figura 11.

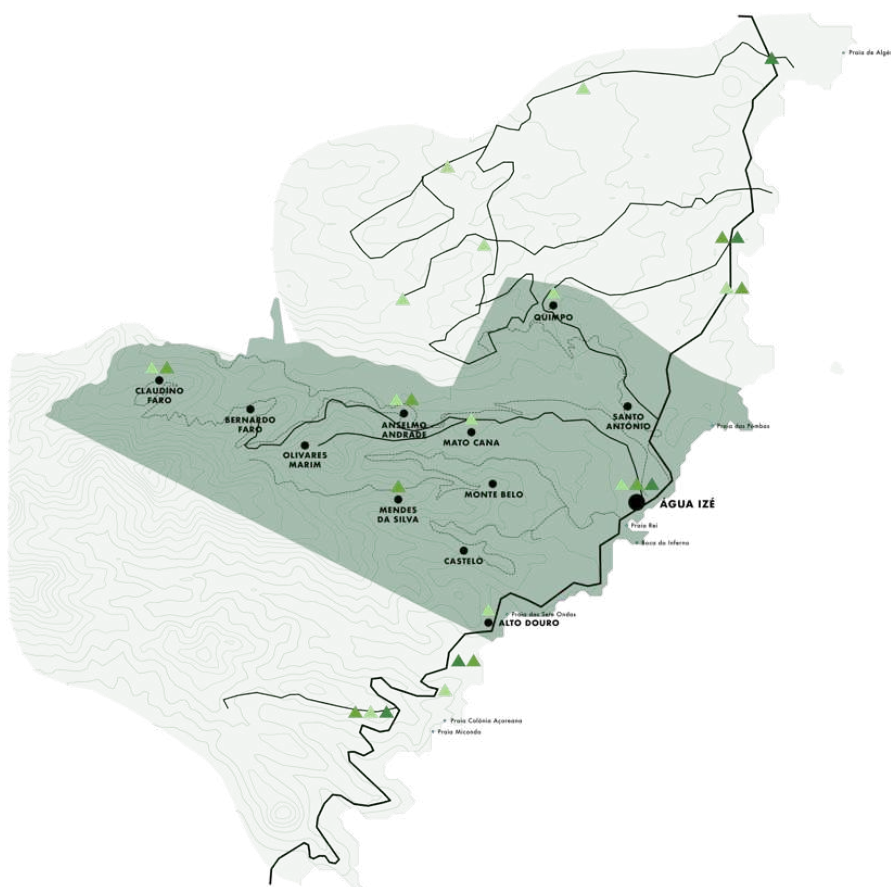


Figura 11 - Localização das escolas no distrito de Cantagalo.

Na Tabela 6, encontra-se discriminado por nível de ensino, todos os estabelecimentos educacionais do distrito, sendo que, o nível de ensino com um número maior de infraestruturas é o ensino pré-escolar com 13 unidades, o que indica que há uma taxa de natalidade grande dentro do distrito.

À medida que o nível de ensino sobe, as infraestruturas de ensino vão diminuindo, tanto que, no ensino básico, existem 10 unidades e no ensino secundário existem 5 unidades. Estes números demonstram que há menos procura de estabelecimentos de ensino à medida que as crianças vão crescendo, especialmente do ensino secundário onde o número de estabelecimentos de ensino desce para metade das do ensino básico.

Tabela 6 - Estabelecimentos de ensino no distrito de Cantagalo. Fonte: DGPIE-DEP, 2016, p.55

Distrito	Estabelecimentos de Ensino			
	Pré-escolar	Básico	Secundário	Total
Cantagalo	Alto Douro	Adão Deus Lima	Santana	
	Anselmo Andrade	Anselmo Andrade	Colónia Açoreana	
	Caridade	Claudino Faro	Praia Rei/Água-Izé	
	Colónia Açoreana	Colónia Açoreana	Ribeira Afonso	
	Creche Água-Izé	Mendes da Silva	Algés	
	Jardim Infância Santana	Praia Rei		
	Mato Cana	Preparatória Santana		
	Pedroma	Quimpo		
	Pinheira	Ribeira Afonso		
	Santa Clotilde	Riboque Santana		
	Ubá Budo			
	Claudino Faro			
	Som sem Fronteira			
	13	10	5	
				28

No decorrer do secundário, é possível verificar pelas tabelas seguintes que as escolas não abrangem todos os anos escolares. No caso da tabela 7 e 8, confirma-se que a escola de Algés não oferece a 7ª e a 8ª classe e a escola Praia Rei/Água izé oferece o ensino a alunos repetentes.

Tabela 7 - Alunos matriculados por classe e por estabelecimentos de ensino, adaptado pela autora (DGPIE-DEP, 2016, p.57).

Distrito	Nome do Estabelecimento	7ª Classe								
		1ª Vez			Repetentes			Total		
		F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM
Cantagalo	Santana	113	84	197	21	25	46	134	109	243
	Colónia Açoreana	12	9	21	0	2	2	12	11	23
	Praia Rei/Água Izé	-	-	-	45	35	80	45	35	80
	Ribeira Afonso	33	32	65	10	11	21	43	43	86
	Algés	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		158	125	283	76	73	149	234	198	432

Tabela 8 - Alunos matriculados por classe e por estabelecimentos de ensino, adaptado pela autora (DGPIE-DEP, 2016, p.58).

Distrito	Nome do Estabelecimento	8ª Classe								
		1ª Vez			Repetentes			Total		
		F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM
Cantagalo	Santana	88	82	170	13	26	39	101	108	209
	Colónia Açoreana	10	15	25	1	0	1	11	15	26
	Praia Rei/Água Izé	-	-	-	33	38	71	33	38	71
	Ribeira Afonso	23	21	44	8	14	22	31	35	66
	Algés	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		121	118	239	55	78	133	176	196	372

Na Tabela 9 encontra-se discriminado que os estabelecimentos de ensino como Colónia Açoriana, Praia Rei/Água Izé e Algés não integram a 9ª classe. Neste caso, os estudantes da roça Água Izé são obrigados a deslocar-se até Santana ou Ribeira Afonso para continuarem a obrigatoriedade dos seus estudos. Similarmente, a situação repete-se no 10º ano de escolaridade, como se pode verificar na Tabela 10. Os estudantes da roça são obrigados a deslocar-se até Santana ou Algés. O mesmo acontece para a 11ª e 12ª classe, nestes mesmos estabelecimentos de ensino, quando analisada a Tabelas 11 e 12. Os alunos tem sempre de se deslocar para conseguirem concluir os seus estudos, o que, devido ao facto de não existir uma rede de transportes públicos, como referido anteriormente, faz com que muitos alunos não tenham condições para prosseguir a escolaridade obrigatória.

Tabela 9 - Alunos matriculados por classe e por estabelecimentos de ensino, adaptado pela autora (DGPIE-DEP, 2016, p.59).

Distrito	Nome do Estabelecimento	9ª Classe								
		1ª Vez			Repetentes			Total		
		F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM
Cantagalo	Santana	109	100	209	88	89	177	197	189	386
	Colónia Açoreana	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Praia Rei/Água Izé	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ribeira Afonso	55	83	138	32	37	69	87	120	207
	Algés	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		164	183	347	120	126	246	284	309	593

Tabela 10 - Alunos matriculados por classe e por estabelecimentos de ensino, adaptado pela autora (DGPIE-DEP, 2016, p.60).

Distrito	Nome do Estabelecimento	10ª Classe								
		1ª Vez			Repetentes			Total		
		F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM
Cantagalo	Santana	96	100	196	1	5	6	97	105	202
	Colónia Açoreana	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Praia Rei/Água Izé	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ribeira Afonso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Algés	319	203	522	43	38	81	362	241	603
Total		415	303	718	44	43	87	459	346	805

Tabela 11 – Alunos matriculados por classe e por estabelecimentos de ensino, a) 11ª classe; b) 12ª classe, adaptado pela autora (DGPIE-DEP, 2016, p.61-62).

Distrito	Nome do Estabelecimento	11ª Classe								
		1ª Vez			Repetentes			Total		
		F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM
Cantagalo	Santana	84	93	177	1	1	2	85	94	179
	Colónia Açoreana	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Praia Rei/Água Izé	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ribeira Afonso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Algés	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		84	93	177	1	1	2	85	94	179
		12ª Classe								
Cantagalo	Santana	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Colónia Açoreana	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Praia Rei/Água Izé	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ribeira Afonso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Algés	132	147	279	33	12	45	165	159	324
Total		132	147	279	33	12	45	165	159	324

3.1.2 Projetos comunitários e boas práticas atuais

Atualmente, na ilha de São Tomé, existem vários projetos que pretendem combater as desigualdades sociais envolvendo a comunidade local. As vertentes de cada projeto comunitário variam conforme a sua localização e abrangem tópicos como a educação e a criatividade. A seleção destes projetos consistiu num conhecimento das práticas durante a visita ao arquipélago, em Novembro de 2021.

CACAU

A CACAU – Casa das Artes, Criação, Ambiente e Utopias – situa-se na capital de São Tomé num antigo edifício onde funcionava as oficinas das obras públicas coloniais. Desde 2008, é um centro polivalente e multidisciplinar, que tem como função expor trabalhos artísticos, servir de base para a prática de várias vertentes, como workshops, oficinas, espetáculos e eventos. O restante espaço está dotado de diversos programas como museu, biblioteca/livraria, restaurante/bar “Sabor & Arte” (Figura 12).

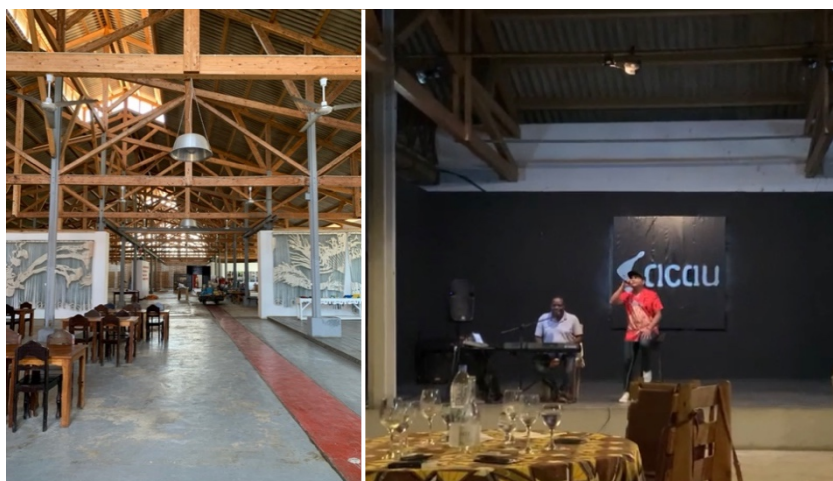


Figura 12 - CACAU e espetáculo durante o jantar no restaurante "Sabor & Arte" (novembro, 2021).

O projeto criado por João Carlos Silva tem como objetivo “(trans)formar o local” recorrendo à ajuda dos jovens santomenses, dos recursos naturais e da cultura de São Tomé e Príncipe. Funciona assim como um espaço privilegiado de informação e animação turística.

FACA

A FACA – Fábrica das Artes Ambiente e Cidadania Ativa – situa-se no distrito de Cantagalo, na Roça Água Izé, no edifício onde se localizava a fábrica de óleo de palma. À semelhança do espaço anteriormente mencionado, FACA também é um projeto criado por João Carlos da Silva e tem o mesmo objetivo “(trans)formar o local” com a ajuda da comunidade local.



Figura 13 - FACA na Roça Água Izé. Fonte: FACA Fábrica das Artes Ambiente Cidadania Ativa (setembro, 2019)

Missão DIMIX

A Missão DIMIX, Educar pela Arte, criada por Sónia Pessoa, é uma associação de apoio a crianças e jovens santomenses. O objetivo é realizar atividades lúdicas e criativas de partilha e

aprendizagem utilizando a arte como mecanismo principal, aproveitando para estimular a criatividade e talento dos jovens. Atualmente, a Missão DIMIX não tem sede, uma vez que prefere ir de encontro aos jovens nas roças. Ocasionalmente, utiliza o espaço CACAU para desenvolver atividades com um grupo de jovens surdos-mudos e para expor os trabalhos feitos pela comunidade santomense (Figura 14).



Figura 14 -Exposição de crianças e jovens da Roça Água-Izé e exposição sobre o plástico nos oceanos (novembro, 2021).

Associação Kêlê

A associação criada por Inês Calderón, Madalena Nogueira e Rute Madureira, no final de 2020, atua no distrito de Lobata, especificamente em Guadalupe e na Roça Agostinho Neto. A associação Kêlê é uma associação sem fins lucrativos que teve a possibilidade de conhecer durante a visita a São Tomé e Príncipe em Novembro de 2021. Tem como objetivos: garantir o acesso à educação inclusiva e de qualidade (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030: #4 Educação de Qualidade), diminuir o abandono escolar precoce, melhorar a qualidade de vida das comunidades onde atua e dar acesso a bens de primeira necessidade.

A associação tem 3 projetos que englobam a escolaridade obrigatória: i) ATL Florinhas de Francisco - Apoio ao estudo nas disciplinas de Português e Matemática a crianças que estejam entre a 2ª e 6ª classe; ii) Lar das Cotovias – Acompanhamento escolar e pessoal a raparigas entre a 7ª e 12ª classe; iii) Roça Agostinho Neto – Acompanhamento escolar de crianças e jovens residentes na roça e desenvolvimento de atividades para consciencialização de temas da atualidade.

3.2 A família e a mulher em São Tomé e Príncipe

A igualdade de género é uma problemática atual que constituiu como uns dos fundamentos do projeto. Esta reconhece a distância entre homens e mulheres a nível social e económico e luta para que essas mesmas diferenças sejam niveladas, de forma a igualar ambas as partes. Reconhece a qualidade de serem iguais as propriedades de género, e «(...) *visa garantir e reforçar as condições de exercício dos direitos à igualdade de oportunidades e de tratamento e (...) não discriminação com base no sexo ou outros fatores com eles relacionado.*» (Elba & Posser, 2016, p. 110)

Sendo este, o cerne deste estudo, é essencial que se analise a situação atual da posição da mulher e do homem na esfera social de São Tomé e Príncipe.

3.2.1 Diagnóstico da situação

Este diagnóstico assume-se na análise de dados relativos à população das ilhas e do Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe.

Com base nos indicadores demográficos do INE (2017), as mulheres representam 50,4% da população (99712 indivíduos), e os homens representam os restantes 49,6%, 97988 indivíduos. Enquanto as mulheres são superiores a nível quantitativo, a nível social, os homens assumem o papel de destaque. Esta desigualdade, que foi sendo construída ao longo dos tempos entre os dois géneros, assenta «(...) *numa maior valorização do masculino em detrimento do feminino e resulta num menor estatuto social, poder e acesso aos recursos por parte das mulheres em relação a homens (...).*» (Oliveira & Azevedo, 2016)

A distribuição da população feminina de São Tomé e Príncipe (Figura 15) divide-se por 4 faixas etárias – menores de 15 anos, entre os 15 e os 49 (idade fértil), entre os 50 e os 64 e por último, maiores de 65 anos (idade sénior). As jovens com idade inferior a 15 anos correspondem a 41,4% da população feminina e as jovens em idade fértil correspondem a 47,7% da população, e apenas 10,90% estão dentro das faixas etárias superiores a 50 anos, com 6,8% inseridas nos 50 aos 64 e 4,1% inseridas acima dos 65 anos.

Analisando mais em detalhe a percentagem de jovens mulheres em idade fértil com filhos, dentro da faixa etária dos 12 e os 19 anos (Figura 16, é possível afirmar que a percentagem mais alta se concentra no distrito de Lobata com 14,8% seguida de Lembá e da Região Autónoma do Príncipe, ambas com 13,9% e em terceiro o distrito de Cantagalo com 13,1%.

É assim possível afirmar, que é quase natural que a incidência de gravidez na adolescência seja tão elevada sendo que grande parte da população feminina da ilha está em idade fértil. A prevenção deste fenómeno passa por informar e educar de forma correta tanto as mulheres

como os homens e oferecer apoios e oportunidades que devem transcender a qualidade económica.

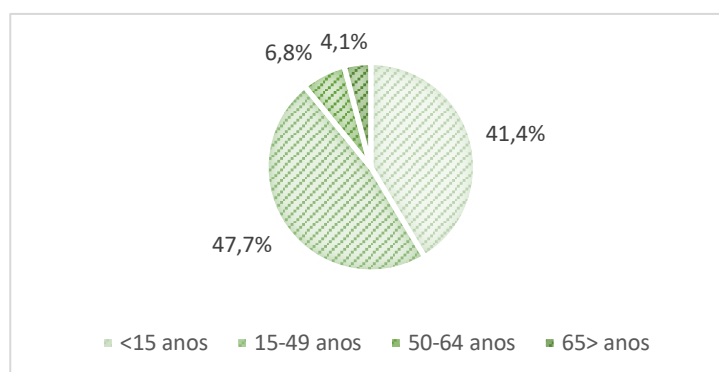


Figura 15 - Distribuição da população efetiva feminina, segundo grupos etários, adaptado pela autora (INE-STP, Mulheres em STP, 2018).

No entanto, quando contrapomos os dados das jovens mães com os dados das jovens mães inseridas no meio escolar, verificamos uma diferença substancial. No distrito de Água Grande, onde existe a maior percentagem de população jovem do sexo feminino a estudar, com 71,1%, e onde 9,5% são mães, apenas 0,4% destas mães adolescentes estão inseridas no contexto escolar. No mesmo enquadramento, no distrito de Caué, a taxa de jovens mulheres a estudar é de 42,3%, e apenas 0,6% do índice 9% de mães adolescentes, estão inseridas no meio escolar. O mesmo padrão é observado nos restantes distritos na Figura 16, onde a percentagem de mães adolescentes e estudantes chega mesmo a ser de 0% no distrito de Lembá.

Tanto quanto me foi permitido aferir, de momento não existe regulamentação específica para a situação preocupante destas jovens e/ou postas em prática, o que deixa em aberto a impossibilidade da conclusão do ensino obrigatório e consequentemente, prejudica a sua inserção no mercado de trabalho qualificado. Esta situação, por sua vez, impossibilita a quebra de pensamento retrógrado (machista) e a rutura do ciclo de pobreza que é observado neste meio, acabando por prejudicar a economia do país e, por esse mesmo motivo, seria de esperar mais responsabilidade e empenho por parte do Estado e das demais estruturas sociais ativas no país, em tentar identificar estratégias para contribuir à resolução desta problemática.

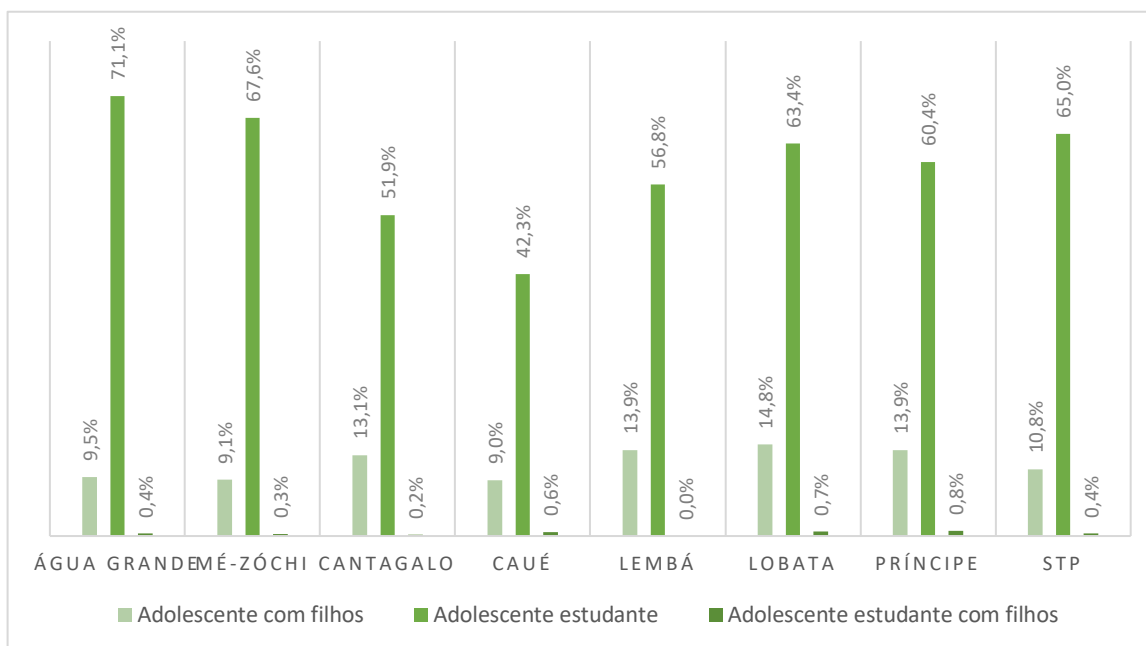


Figura 16 - Percentagem da população adolescente (12-19 anos) com filhos, estudantes com filhos, por distrito, adaptado pela autora (INE-STP, Mulheres em STP, 2018).

Relativamente à atividade económica da população santomense (Figura 17), as mulheres encontram-se predominantemente desempregadas e inativas tanto no meio rural como no meio urbano que, quando comparado com a atividade económica do sexo masculino é possível identificar uma diferença acentuada.

A percentagem de homens empregados (66,2%) é superior às mulheres tanto no meio urbano (40,2%) como no meio rural (33,8%). Neste contexto, o desemprego é mais acentuado na população feminina em meio urbano com uma percentagem de 62,5%, enquanto no meio rural o desemprego é ligeiramente superior nos homens com uma percentagem de 50,9%. Esta situação, pode ser explicada pelo facto de existir uma situação económica mais precária no meio rural, onde tanto homens como mulheres vivem muito de trabalhos agrícolas.

Na Figura 18, podemos verificar a empregabilidade por setor de atividade, da população acima dos 15 anos. O setor primário é dominado pela população do sexo masculino, com uma percentagem de 29,7% em comparação com a participação da população do sexo feminino, com uma percentagem de 15,4%. É possível verificar que a mesma situação acontece no setor secundário, com empregabilidade de homens com uma percentagem de 21,4%, em contraposição a 9,8% da população feminina. O sector terciário é o que tem uma maior empregabilidade, e é onde existe a maior participação da população feminina, com uma percentagem de 67,8%, contra 43,5% da população masculina.

Em relação à população inativa do mercado de trabalho (Figura 17), as mulheres representam um índice de cerca de 61% tanto no meio rural como no meio urbano em oposição aos homens que representam apenas 39,2%. As mulheres geralmente não têm quaisquer perspectivas de carreira, pois para além de não completarem o ensino escolar obrigatório tem que aliado a isso desempenhar o papel de chefe de família, ficando em casa a tomar conta dos filhos e executar as tarefas domésticas.

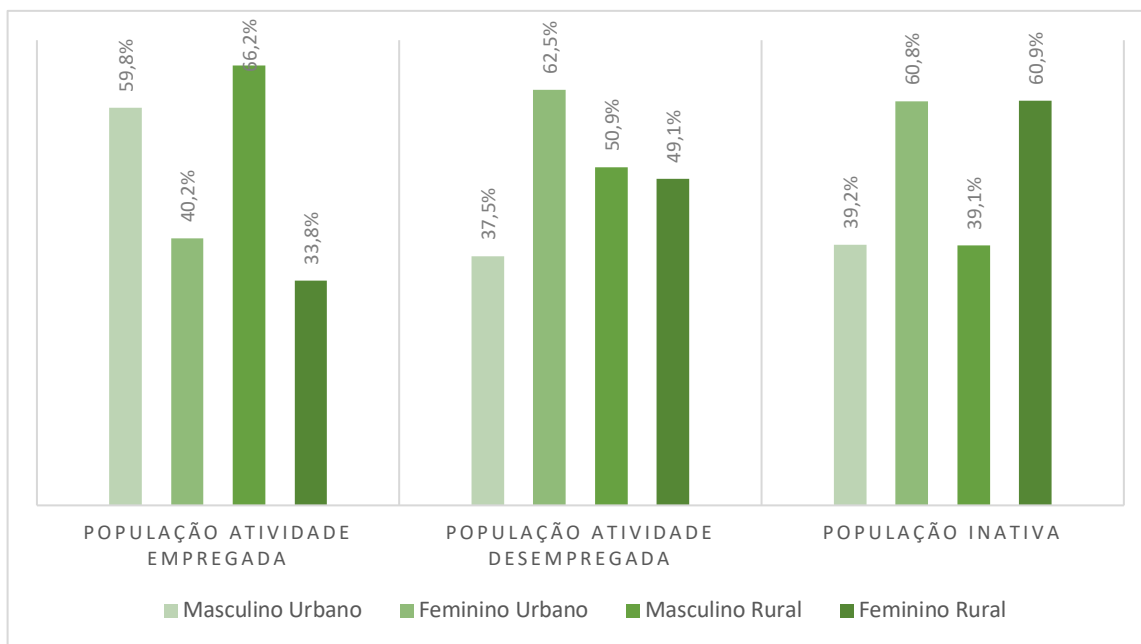


Figura 17 – Repartição da População segundo situação perante atividade económica por sexo e meio de residência, adaptado pela autora (INE-STP, Mulheres em STP, 2018).

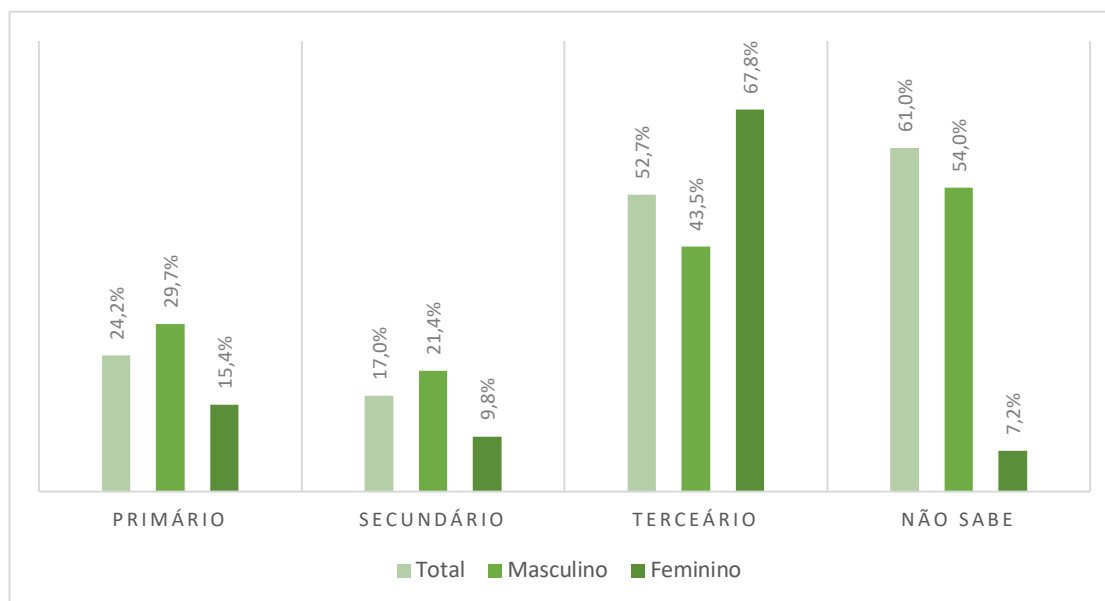


Figura 18 - Percentagem da população de 15 anos e mais por sexo, segundo setor de atividade, adaptado pela autora (INE-STP, Mulheres em STP, 2018).

De acordo com os dados relativos ao ano de 2012 (INE, 2018), as mulheres responsáveis de família constituem uma percentagem de 41,2% do total das famílias da ilha. Esta incidência parece ser homogênea quando olhamos para os dados populacionais relativos a todos os distritos da ilha. No distrito de Água Grande, é onde a taxa de mulheres como chefes de família é mais elevada, com uma percentagem de 48,8%, e é onde, sequentemente, existe mais população. Se verificarmos os dados relativos ao distrito onde existe menos população, Caué, é onde também se concentra a menor taxa de chefes de família mulheres do país, com uma percentagem de 20,3%.

Sendo que cerca de metade dos chefes de família são mulheres com baixo nível de escolaridade, na sua maioria, este indicador demonstra que as unidades familiares têm dificuldade em atender às necessidades básicas mensais.

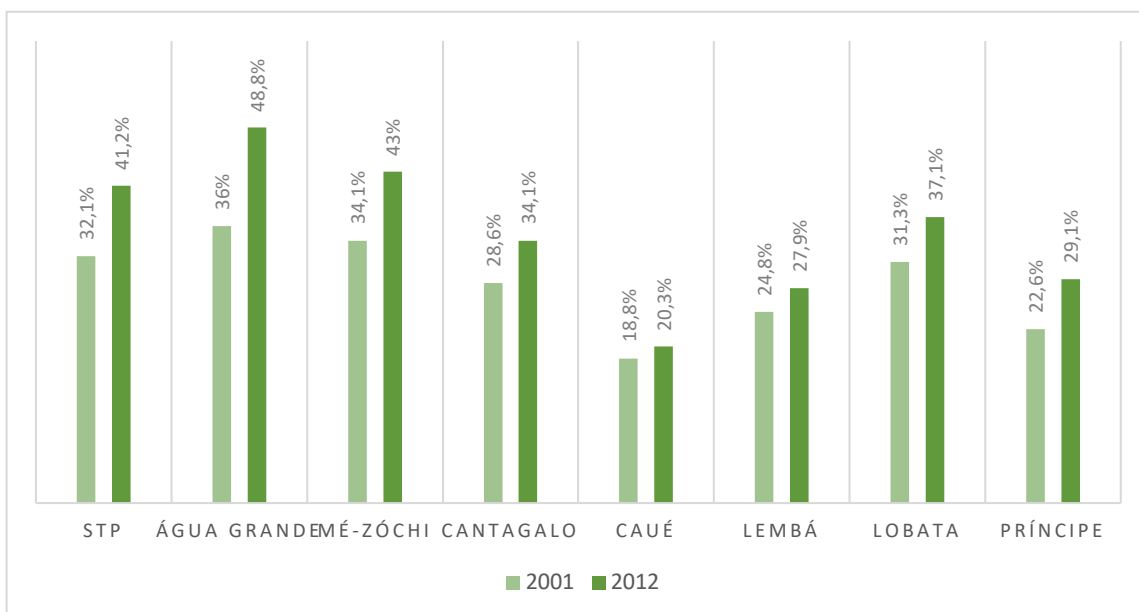


Figura 19 - Mulheres responsáveis de família por distrito de residência, adaptado pela autora (INE-STP, Mulheres em STP, 2018).

Esta condição acontece também quando verificamos os dados relativos às famílias monoparentais e monoparentais alargadas chefiadas por mulheres (figura 20), com uma percentagem de 28,5% e 19,6% respetivamente. Enquanto os dados relativos às famílias unipessoais, nuclear e conjugal são chefiadas por homens, com percentagens de 21,2%, 40% e 6,9% respetivamente.

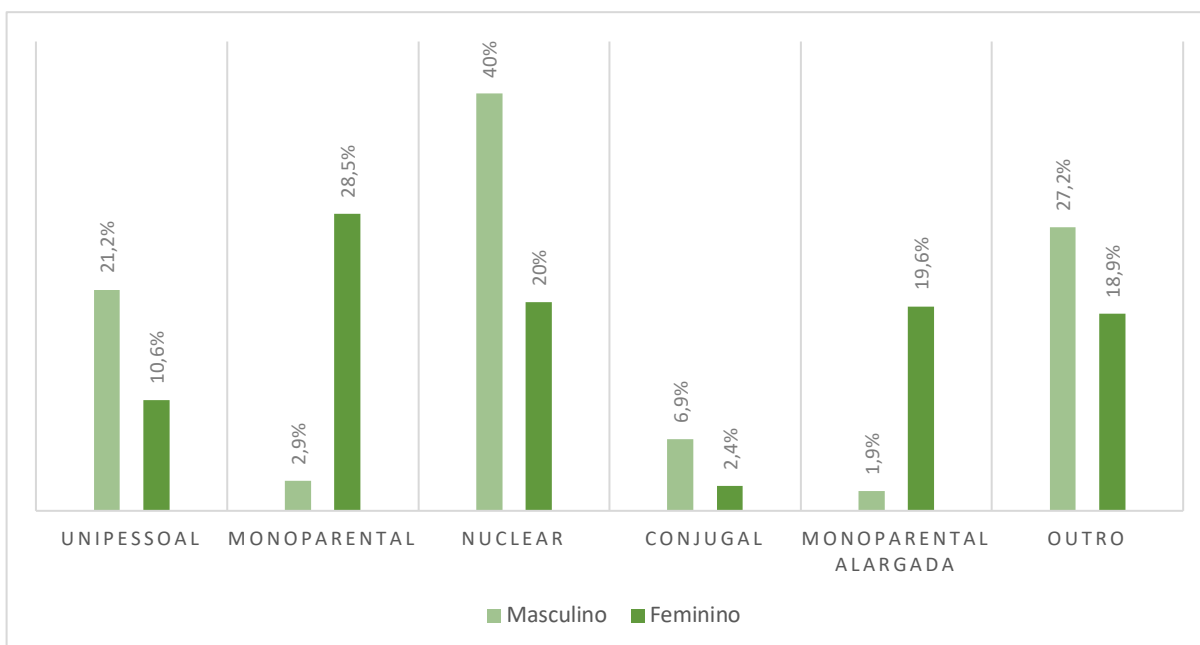


Figura 20 - Famílias segundo tipologia por sexo do(a) responsável, adaptado pela autora (INE-STP, Mulheres em STP, 2018).

3.2.2 Projetos e boas práticas atuais

Após a análise dos dados do INE (2018), a população é constituída maioritariamente por mulheres numa situação de desigualdade social e de género. Atualmente, existem projetos que promovem a independência das mulheres no meio familiar e também, promovem a igualdade ao nível da educação e formação. Os projetos e as boas práticas existentes identificados neste estudo procuram atenuar as problemáticas que acontecem diariamente em São Tomé e Príncipe.

3.2.2.1 *Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género*

Em 2007, São Tomé e Príncipe, com o apoio técnico do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), adotou pela primeira vez uma estratégia focada na igualdade e equidade de género. A ENIEG «(...) tem como mandato “assegurar a promoção e a execução de políticas governamentais em matéria de género em São Tomé e Príncipe e garantir a integração transversal de género em todas as políticas e programas do desenvolvimento do país.» (ENIEG, 2013) e inclina-se sob 5 eixos estratégicos: i) Promoção económica das mulheres nos meios rural e urbano; ii) Promoção da igualdade e equidade ao nível da educação e formação; iii) Melhoria do estado de saúde e de saúde sexual reprodutiva de jovens adolescentes e das mulheres; iv) Reforço da aplicação dos direitos e da participação das mulheres na tomada de decisão; v) Reforço das capacidades de intervenção dos mecanismos institucionais a favor da igualdade e equidade de género (ENIEG, 2005). No mesmo ano, o governo criou o Instituto Nacional para a Promoção de Igualdade e Equidade de Género (INPG) de modo a apoiar o funcionamento da ENIEG.

O documento foi revisto após o período de avaliação entre 2007 e 2012 ter terminado de forma a identificar os progressos significativos que foram verificados e demonstrar os problemas que ainda persistem. De acordo com o ENIAG, houve uma melhoria no estado de saúde sexual e reprodutivo das mulheres e também, uma melhoria na situação jurídica das mesmas, através da igualdade de *jure* e da adoção da Lei contra a Violência Doméstica e Familiar. Em relação aos restantes resultados obtidos, verificou-se que houve problemas que persistiram apesar dos esforços impostos pela lei, como a disparidade das taxas diferenciadas relativas a serviços básicos (ENIEG, 2013).

3.2.2.2 SOMA

O projeto SOMA (Surfistas Orgulhosas na Mulher d'África) é uma iniciativa promovida pela associação, sem fins lucrativos, criada por Francisca Sequeira e Joana Andrade, no final de 2020, atua no distrito de Cantagalo, especificamente em Santana. é o primeiro projeto em África a desenvolver um programa de surfterapia exclusivamente feminino, dos 6 aos 18 anos. O currículo desta associação baseia-se em práticas de surf, apoio escolar, sessões para promover o empoderamento feminino e psicoeducação, envolvendo treinadores de surf, ativistas sociais e profissionais de saúde mental.

Conforme o relatório de 2021 (*SOMA Pilot Edition 21'*), a associação tem conseguido ter um impacto positivo na comunidade que pode ser visto através dos resultados escolares das participantes (Figura 21) – a prática do surf permitiu que passassem a praticar um desporto na sua rotina semanal melhorando a sua saúde mental e a concentração no meio escolar. O apoio escolar fez com que as raparigas tivessem incentivo para melhorarem a sua prestação na escola resultando num melhor aproveitamento escolar. As aulas de empoderamento foram determinantes para a educação sobre o corpo feminino, e educação sexual e contribuíram para o conhecimento das mesmas acerca métodos contraceptivos. Relativamente à psicoeducação, foi verificado que contribuiu positivamente para o crescimento pessoal das intervenientes, pois passaram a saber identificar as suas emoções e a criar mecanismos de defesa.

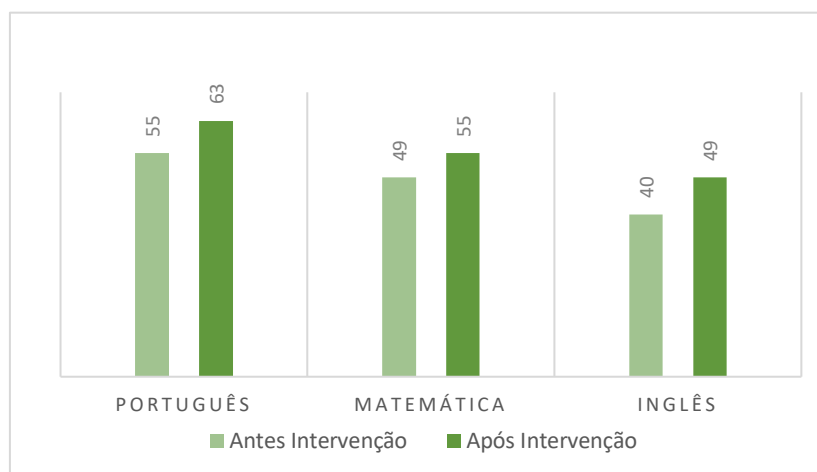


Figura 21 - Impacto da intervenção SOMA Surf no ensino escolar (fonte: <https://www.somasurf.com>)

4 Breve análise de projetos dedicados à integração das mulheres em países em desenvolvimento

Para fundamentar a proposta de projeto foram analisados alguns projetos dedicados à integração da mulher em países em desenvolvimento. O propósito é estudar as principais estratégias adotadas em casos de estudo, designadamente, em África, procurando perceber o impacto que tiveram na comunidade local em questão, embora sejam projetos com específicos programas funcionais com dimensões variadas e soluções arquitetónicas e construtivas, cada uma adaptada à comunidade local e à constrangimentos económicos. Os projetos analisados são: i) centro de Saúde das Mulheres, em Burkina Faso; ii) centro de Oportunidades para Mulheres, em Ruanda; iii) centro para Mulheres, na Tanzânia.

i) Centro de Saúde das Mulheres | FARE

O centro de Saúde das Mulheres, localizado em Burkina Faso a oeste de África, foi desenhado pelo atelier FARE⁴ (sedeado em Roma e Lausanne) e construído em 2007 e alberga um programa social desenvolvido pela uma ONG italiana, *Associazione italiana donne per lo sviluppo (AIDOS)*⁵, que defende os direitos das mulheres nos países em desenvolvimento.

O projeto foca-se em fornecer serviços educativos, informação e conhecimento prático sobre os direitos humanos das mulheres, inclusive os direitos reprodutivos e sexuais. O espaço foi dividido em dois edifícios: o centro de treino, dedicado à formação e educação das mulheres e, o centro de consultoria, dedicado a consultas médicas, acompanhamento psicológico e assistência legal. Estes dois blocos comunicam pela plataforma horizontal que as escadas constroem, fazendo com que as duas estruturas independentes, tenham acesso direto entre si (Figura 22).

⁴ <http://www.farestudio.it/>

⁵ <https://aidos.it>

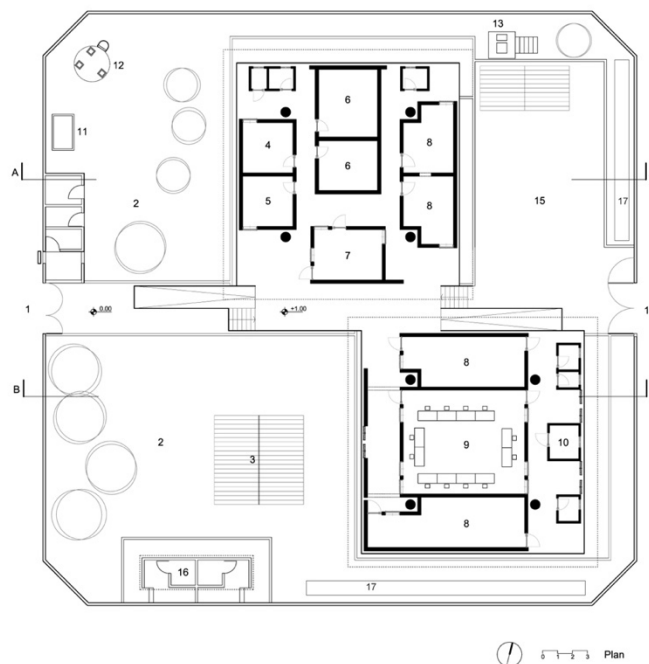


Figura 22 - Planta do centro de acolhimento das mulheres, localizado em Burkina Faso a oeste de África. Fonte: FARE

Os dois edifícios assentam sobre numa plataforma estrutural definida, não só pela elevação da cota de soleira, como também pelo limite construído pelo muro de pedra, que destaca a área de intervenção da envolvente. Foi garantida a proteção das condições climáticas através da estrutura metálica, que sustenta a estrutura de painéis de PVC reciclável e de tecido (lona) – faz parte de um sistema que coleta e armazena água da chuva para irrigar o jardim.

A configuração dos edifícios permite que a estrutura seja articulada de forma a criar zonas ventiladas e sombreadas que, para além de mitigar o impacto de condições climáticas, cria privacidade e faz com que seja possível realizar uma futura expansão se necessário. Outra estratégia implementada para contribuir a redução das temperaturas extremas locais foi a escolha de materiais locais, nomeadamente o uso de tijolos de barro como componente do sistema estrutural de forma a absorver o calor do ambiente exterior, melhorando as condições de conforto do espaço interior. A escolha deste material, compactado e cozido ao sol, limita os impactos ambientais da obra em termos de consumo energético.

ii) Centro de Oportunidades para Mulheres | Sharon Davis Design

O Centro de Oportunidades para Mulheres, localizado em Ruanda, no interior de África, foi desenhado por Sharon Davis Design⁶ (sedeado em New York), e alberga um programa desenvolvido com o apoio da organização humanitária *Women for Women International*.

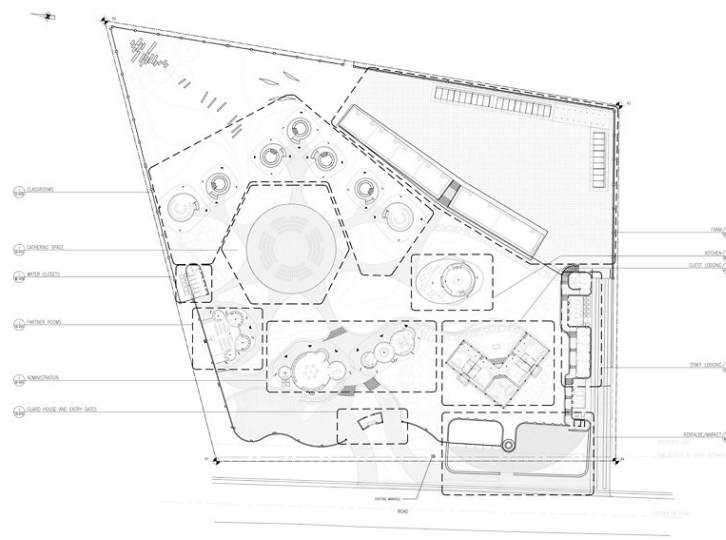


Figura 23 – Planta do Centro de Oportunidades para Mulheres, localizado em Ruanda. Fonte: Sharon Davis Design

O projeto tem como principal objetivo apoiar mulheres sobreviventes de conflitos de guerra, e possui a característica única de ter sido projetado em conjunto com uma pequena comunidade de mulheres.

A ideia base para a organização do centro teve como inspiração a arquitetura vernacular da zona de Ruanda, de forma a manter a identidade do local através da tradição da construção, e transforma a pequena comunidade e a sua agricultura de subsistência, numa oportunidade económica, reconstruindo a infraestrutura social e restaurando a herança cultural da vila.

O equipamento está dividido em 17 pavilhões circulares, construídos com tijolos de barro, formam uma praça que a comunidade pode usar para vender bens essenciais. O método de construção vernacular local utiliza tijolos arredondados e perfurados, feitos de argila local, que permitem a ventilação do ar e concebem um sombreamento solar. O projeto conta com a participação de empresas locais que providenciam serviços como biogás, purificação de água e outros sistemas sustentáveis que possam ser produzidos e mantidos pelos habitantes.

À semelhança do caso estudo anterior, a cobertura deste projeto armazena a água potável e a vegetação plantada em duas das estruturas fornece isolamento térmico aos interiores.

⁶ <https://sharondavisdesign.com>

iii) Centro para Mulheres em Masai Village | C-re-aid

O Centro para Mulheres, localizado na Tanzânia, foi projetado por C-re-aid⁷ em conjunto com a organização humanitária *Femme International*, cujo propósito é a elaboração de workshops sobre educação sexual e higiene pessoal para jovens e adultas.

Está localizado na vila de Masai, e funciona como um espaço de referência para a comunidade local, pois foi desenvolvido na integra com o apoio e participação da mesma. Recorreu-se à mão de obra local, nomeadamente os mestres de obra, denominados de *fundis*⁸, e jovens que aprenderam o ofício com o propósito de preservar o saber técnico-construtivo durante gerações futuras. O programa do centro foi pensado para o desenvolvimento de novas oportunidades de trabalho, e materializa-se num espaço multifuncional que alberga uma sala de reuniões, um escritório, um armazém e uma loja.

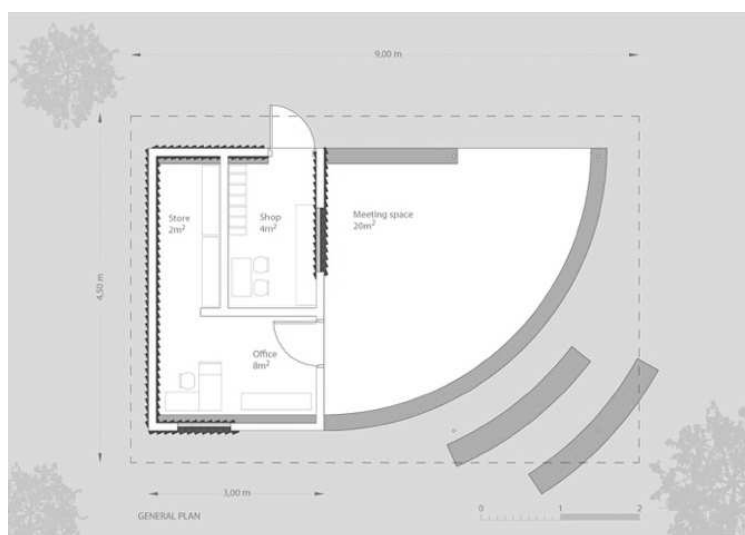


Figura 24 – Planta do centro para mulheres em Masai Village Fonte: ArchDaily

A materialidade da estrutura foi um fator decisivo na realização do projeto devido ao orçamento reduzido e por esse motivo, foram utilizados materiais locais e pouco recursos exteriores recorrendo a tijolos de barro, cozidos ao sol, para as paredes, e vigas de madeira, feitas com a vegetação ao redor que futuramente será replantada, para a estrutura da cobertura. Debaxo da estrutura, localizam-se os assentos exteriores que foram feitos com pedra. Esta decisão

⁷ <https://www.c-re-aid.org/>

⁸ De acordo com a explicação do estúdio C-re-aid, *fundi* são mestres de obra locais encarregues de projetar e executar as obras necessárias quando não existe um arquiteto. https://www.archdaily.com.br/br/870381/centro-para-mulheres-em-masai-c-re-aid?ad_source=search&ad_medium=projects_tab

permitiu um decréscimo no custo de transporte e tempo de obra e por conseguinte, promoveu um crescimento na economia local.

Resumindo, os projetos escolhidos como casos de estudo partiram da premissa que se trata de equipamentos multifuncionais com um programa dedicado às mulheres, cujo equipamento foi desenvolvido com o apoio da comunidade local. Estabelecidos em áreas periféricas de diferentes países, no continente africano, estes foram construídos recorrendo ao uso de materiais típicos da zona como argila, espécies de vegetação locais, pedras locais. A utilização destes materiais e técnicas construtivas permitiu ensinar à população mais jovem as técnicas construtivas e contar com o apoio da comunidade no processo construtivo de forma a fortalecer a coesão social, aumentando a mão de obra qualificada e reduzindo os custos de obra.

5 Roça Água-Izé – situação atual

A escolha da roça Água Izé teve como princípios e base alguns dos argumentos referidos por Hugo Machado da Silva na sua Tese de Doutoramento (2016, p. 56), tais como: relevância histórica e simbólica, dimensão e características técnicas do conjunto e/ou das suas partes, existência de dados e referências bibliográficas de suporte à investigação e representatividade geográfica e de propriedade. Esta dissertação constitui, em conjunto com o trabalho do Duarte Pape e do Rodrigo Rebelo Andrade, a base, tanto para a escolha do local de intervenção como também, a implementação do programa escolhido para o projeto.

Os critérios que deram o argumento à escolha da roça Água Izé são descritos ao longo deste capítulo de uma forma pragmática abrangendo as condições e programas das infraestruturas, as distâncias dos estabelecimentos de ensino e as condições demográficas.

5.1.1 Ocupação do território durante a época colonial

São Tomé e Príncipe teve como primeira monocultura a produção do açúcar e durante este período, século XVI-XVII, a ilha tornou-se um grande entreposto de pessoas escravizadas, porém durante o início do século XIX os colonos deslocaram-se para o Brasil, um território com excelente qualidade e produção de sacarina, devido às capacidades que tinham para trabalhar nos engenhos de açúcar. *«É num território caracterizado pelo abandono (...) que nasce, a 12 de Março de 1816, na ilha do Príncipe, João Maria de Sousa e Almeida, mais tarde agraciado com o título (...) 1º Barão de Água Izé.»* (Silva, 2016, p.160).

Em 1845, João Maria de Sousa e Almeida viajou para o Brasil, local que se encontrava em fase experimental da cultura do cacau, onde adquiriu breves conhecimentos sobre as técnicas agrícolas. Durante a década de 1850, o futuro Barão regressou do Brasil e voltou à cidade lisboeta onde adquiriu em hasta pública dois assentamentos agrícolas na ilha de São Tomé, as roças Água Izé e Castelo do Sul (Silva, 2016, p.160).

A sede principal da roça Água Izé situa-se numa zona de baixa altitude e relativamente plana na costa este da ilha de São Tomé. O terreno da propriedade, localizada de frente para o Oceano Atlântico, permitia que a sede funcionasse como centro administrativo e porto de mar para toda a empresa. Este terreno é caracterizado pelos seus solos férteis para a produção de diversas culturas, como a produção de coqueiros até quatro mil metros para o interior da ilha – onde se instalaram as dependências Alto Douro, Castelo, Mato Cana, Quimpo e Santo António - ou a produção de cacueiros devido à chuva frequente, típica do clima local e onde as restantes dependências se instalaram.

A localização estratégica da roça Água Izé, próxima da linha costeira, permitiu a criação de um porto marítimo que funcionava como embarque, desembarque e trânsito (Castro & Leite & Fernandes, 2013) bem como para exportação da produção feita na sede e nas suas dependências (Silva, 2016, p.31). As dependências que se encontravam no interior da ilha, em pequenos planaltos, entre terrenos acidentados com uma distância média entre um e dois mil metros, eram acessíveis por vias que partiam do eixo principal junto ao mar.

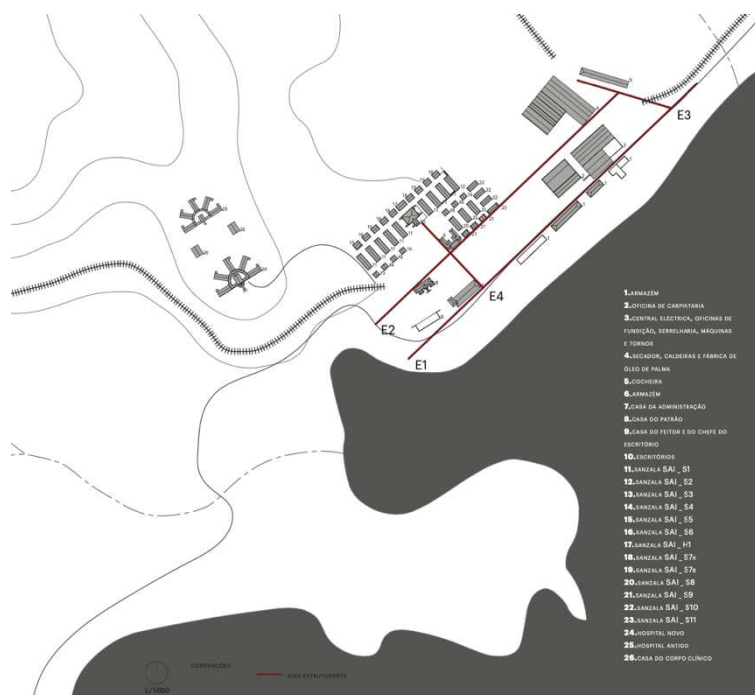


Figura 25 - Eixos propostos pelo investigador Hugo Machado da Silva (2016, p.176)

Em 1855, João Maria de Sousa e Almeida mudou-se para a roça Água Izé, onde começou por cultivar a larga escala produtos como o cacau, o café, o tabaco, o óleo de palmeira e coqueiro, destinados à exportação. Mais tarde, em 1868, tornou-se o 1º Barão de Água Izé «*depois de ter recebido as mais altas distinções por parte da casa Real Portuguesa*». (Ferrão, 2008)

No ano seguinte, em 1869, o primeiro Barão de Água Izé faleceu e a roça foi adquirida pelo Banco Nacional Ultramarino num processo de resgate de múltiplas empresas e empreendimentos coloniais. Uns anos mais tarde, em 1895, Francisco Mantero foi nomeado pelo Banco Nacional Ultramarino para ser gestor da roça e posteriormente, em 1898, a Companhia da Ilha do Príncipe, onde Francisco era um associado, veio a adquirir a roça.

Francisco Mantero adquiriu a sua experiência agrícola emigrando para São Tomé e Príncipe, tendo trabalhado sempre associado à cultura extensiva do café e do cacau. A sua experiência contribuiu «*(...) para a introdução de uma dinâmica empresarial e industrial no panorama agrícola santomense através não só do seu envolvimento na fundação de grandes companhias*

coloniais, mas também pelo seu papel de relevo na introdução de valências técnicas frequentemente associadas ao universo industrial, nomeadamente ao nível da reestruturação e infra-estruturação dos assentamentos agrícolas» (Carqueja, 1976) & (Vieira, 2005).

Como é indicado detalhadamente pelo investigador Hugo Machado da Silva (2016, pp. 164-170), o número de dependências que a roça Água Izé albergava variava conforme as diversas cartas da ilha de São Tomé e Príncipe, datadas de 1891, 1902, 1953 (Mantero, 1910) e 1958 (JIU), e os registos da Conservatória do Registo Predial, elaborados entre 1867 e 1872. Porém, para efeitos de estudo apenas foram mapeados os assentamentos construídos de raiz excluindo as propriedades adquiridas através de processos de compra, sendo a roça composta pela sede Água Izé e pelas suas onde dependências – Alto Douro, Anselmo Andrade, Bernardo Faro, Castelo, Claudino Faro, Mato Cana, Mendes da Silva, Monte Belo, Olivares Marim, Quimpo e Santo António como indicado na Figura 26.

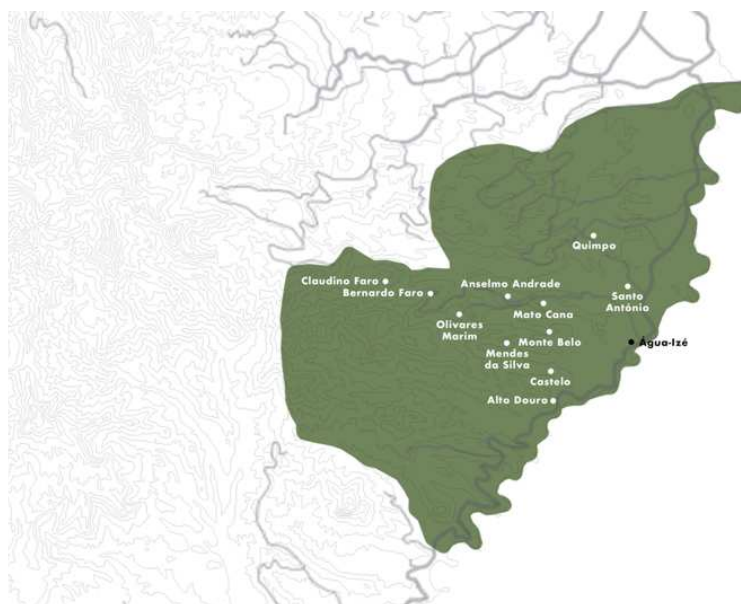


Figura 26 - Localização das dependências e sede da roça Água Izé.

Nas duas primeiras décadas do século XX, especificamente, São Tomé e Príncipe continuava a ser dos maiores produtores de cacau do mundo. Porém, ao longo do século, derivado de diversos fatores, a economia mundial sofreu danos e a produção agrícola deixou de ser rentável. Na década de 50, *«no seguimento da vaga de descolonização ocorrida nos antigos territórios colonizados por Portugal, também a este pequeno território (...) seria reconhecida a independência»* (RTP, s.d). Em 1975, coincidente com a independência de São Tomé e Príncipe, as empresas agrícolas foram nacionalizadas e doze anos mais tarde, em 1987, foi proposta a reforma agrária (Fernandes, 2015, p.188.). A reforma consistiu numa distribuição das terras pelos antigos trabalhadores das empresas agrícolas, porém “ainda que as intenções subjacentes

à reformulação fundiária tenham tido por base a redistribuição da riqueza e a provisão de meios de subsistência, a jovem Nação enfrentaria sérias dificuldades na produção de rendimento e garantia de condições de vida para a sua população.” (Fernandes, 2015, p. 271).

5.1.2 Situação atual do edificado e respetiva organização funcional

Originalmente continha as funções programáticas típicas da era da roça colonial. O programa da roça englobava edifícios principais como: a casa principal – era conhecida como casa do patrão ou da administração, e era um elemento sempre presente em todas as roças do país e num geral a sua implantação localizava-se nas cotas mais altas do terreno, visto que existia uma grande visibilidade para toda a propriedade e destacava-se das restantes construções da roça; hospitais e postos de saúde – estas infraestruturas marcaram a época do fim do trabalho forçado, pois os roceiros viram-se obrigados a implementar estes equipamentos de modo a dar melhores condições de vida e atrair os trabalhadores contratados a ficarem nas suas roças, tema este que foi relatado por Nascimento (2002) e Seibert (2002). Qual fosse a dimensão da roça, passou a existir um hospital ou um centro de saúde que funcionava, quando necessário, para as roças vizinhas; sanzalas - representam os dormitórios dos trabalhadores escravos nas estruturas agrárias. Inicialmente, o seu programa era bastante simples, porém foi evoluindo à medida que as condições dos trabalhadores foram sendo melhoradas; secadores e armazéns – eram os edifícios industriais que ocupavam uma grande área da roça, pois para realizar as produções de cacau e café era necessário o uso equipamentos de grandes dimensões; creches e escolas – estas infraestruturas surgiram em condições semelhantes às dos hospitais. Os equipamentos escolares foram sendo construídos na roça após as condições de vida terem começado a melhorar, e ter começado a haver uma preocupação com a educação das crianças dos trabalhadores.

À parte dos programas comuns da tipologia de *roça*, Água Izé contava também com uma ampliação de infraestruturas e programa previamente trabalhado para que o negócio do cacau e café fosse levado a bom porto. Estes programas passavam por escritórios, uma casa para o feitor e para o chefe do escritório, uma fábrica de óleo de palma, uma oficina de carpintaria, fundição e serralharia, uma cocheira, uma central elétrica, máquinas e tornos. A propriedade foi sendo desenvolvida por necessidade da comunidade e através da função das unidades programáticas, como era típico da tipologia da roça-cidade.

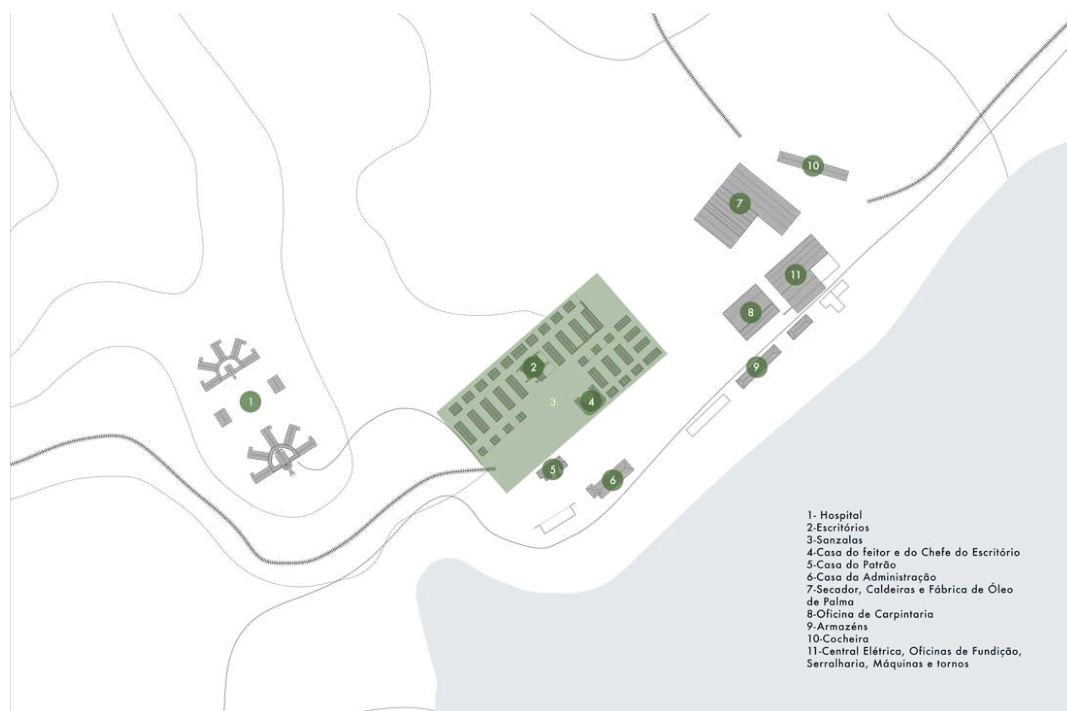


Figura 27 - Planta da sede Água Izé, adaptada pela autora de (Silva, 2016).

Atualmente, a roça Água Izé tem uma população de cerca de 1500 pessoas e continua a crescer, portanto a quantidade de infraestruturas vai aumentando para igualar as necessidades.

O programa dos edifícios tem vindo ao longo dos anos a sofrer mudanças e, nos dias de hoje, quase todos são usados para habitação, inclusive os antigos hospitais. Estes espaços habitacionais estão distribuídos pela comunidade e são identificados pelo nome da família à qual foi atribuída a casa e não há possibilidade de alterar. Houve também uma demanda para a construção de escolas, devido ao crescimento da população, e de igrejas, devido à existência de várias religiões na roça. A pedido da comunidade, foi também construído um campo desportivo, que é bastante usado no dia a dia e aos fins de semana é usado para jogos.

O edifício que servia como casa do patrão pertence atualmente ao Instituto Camões, que promove a formação de marcenaria e carpintaria para benefício da comunidade local da roça. Inclusive houve a oportunidade de conhecer um senhor local que dá as formações, durante a visita à área de estudo, que refere que a formação dada é uma oportunidade de rendimento, já que os móveis feitos por si e pela comunidade podem ser vendidos na cidade mais próxima.

O programa das fábricas e das oficinas, identificado na época colonial, permanece inalterado em comparação com outros edificadas da roça. Um exemplo disso é a fábrica do óleo de palma cujo programa é semelhante – continuação da produção de cacau, café e óleo de palma – complementado com o projeto FACA, mencionado anteriormente.

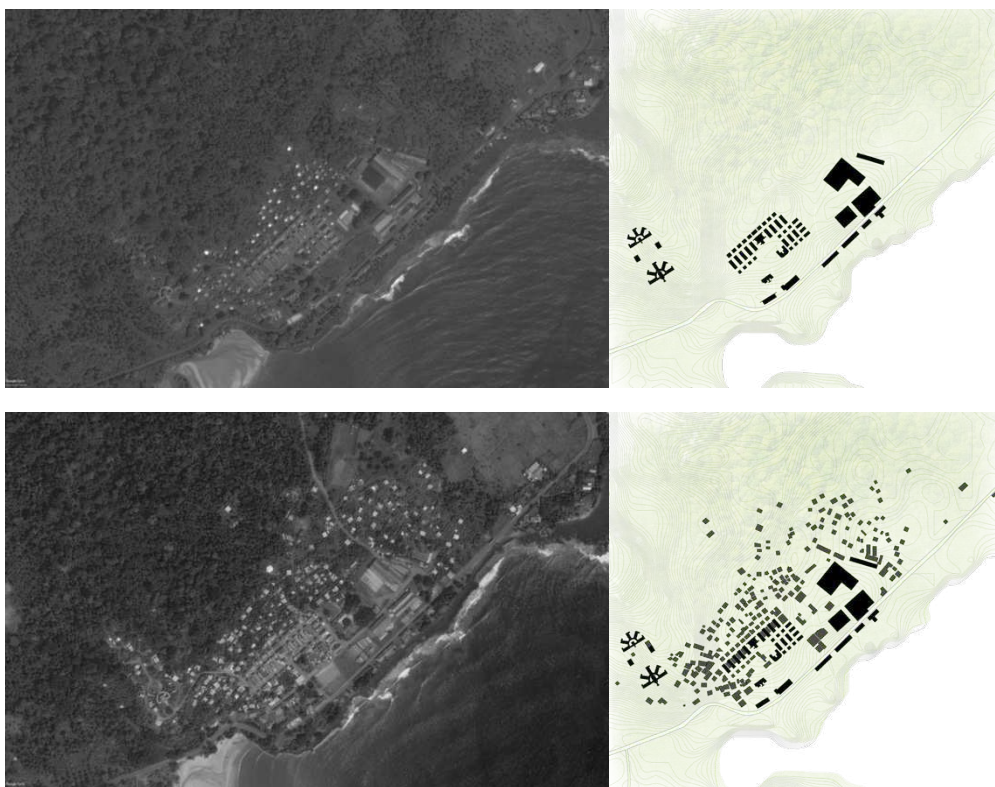


Figura 28 – Imagem satélite da Roça Água Izé 2002 vs 2021 à esquerda e mapeamento da autora à direita (Fonte: Google Earth Pro)

5.1.3 Sistema das infraestruturas de comunicação

Em relação à acessibilidade da ilha, importa analisar as infraestruturas de comunicação das ilhas de São Tomé e Príncipe. A rede nacional de estradas está concentrada em três estradas nacionais e a uma rede de estradas secundárias (Figura 29). A estrada nacional EN 1 liga a cidade de São Tomé a Santa Catarina, a norte da ilha, a estrada nacional EN 2 liga a cidade de São Tomé a Porto Alegre, a sul da ilha, e a estrada nacional EN 3 liga São Tomé a Graça, no interior da ilha. As estradas secundárias partem destas três estradas nacionais de modo a conectarem o litoral ao interior da ilha a localidades como Castelo, Uba Budo e Madalena. Como podemos observar na Figura 29 as estradas secundárias muitas das vezes não comunicam com a parte mais interior da ilha. O acesso à roça Água-Izé é feito pela EN 2, e a partir desse ponto desenvolve-se uma estrada secundária de ligação a aldeias e outros assentamentos no interior da ilha.

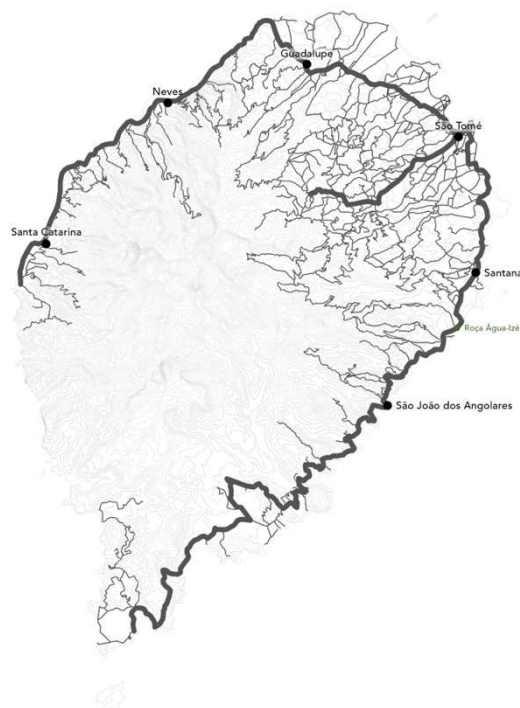


Figura 29 - Sistema viário na ilha de São Tomé

Um dos principais problemas das infraestruturas rodoviárias de ligação em São Tomé e Príncipe, passa pela falta de manutenção das mesmas, uma vez que os acessos estão na sua grande maioria bastante danificados. A inabilidade para melhorar as condições das vias rodoviárias advém em grande medida da inexistência de financiamento por parte do estado para garantir a manutenção das mesmas, muitas vezes danificadas pelas intempéries. Um exemplo disso é a notícia partilhada por Tela Nón sobre a tempestade de 28 e 29 de Dezembro de 2021, onde é possível ler: «*São Tomé e Príncipe vive desde 29 de Dezembro de 2021 em Estado de Calamidade Natural, por causa da chuva torrencial que destruiu casas, infraestruturas sociais (...) Para reerguer as pontes e repor a ligação entre as comunidades do país, o governo procura financiamento urgente de mais de 12 milhões de euros (...)*» (Veiga, 2022). Um segundo problema, é a inexistências de zonas pedonais ao longo das estradas, que permitam pequenos trajetos seguros, pois as vias são estreitas e os veículos utilizados pelos habitantes ocupam toda a faixa de rodagem. Atualmente, e o verificado durante a visita *in situ*, é a existência de conflitos entre os fluxos pedestres e do automóvel, com os veículos a percorrer as vias fora da faixa de rodagem salvaguardando as pessoas, pois andam nas vias devido à inexistência de passeios. A mobilidade pedonal constitui, apesar das condições, uma das maiores opções de deslocação da população local.



Figura 30 - Táxi partilhado em STP. Fonte: Alexandra Casimiro (novembro, 2021).

Aliada a esta problemática está o facto de não existir uma infraestrutura de transportes públicos, para esse efeito, o mais semelhante na ilha, são os táxis partilhados denominados de *hiace* - carrinhas (Figura 30) que funcionam a partir da capital e ligam diversas localidades da ilha tais como Santana, Neves, Guadalupe, Trindade e Santo Amaro. Esta opção mais barata e, consequentemente, a mais utilizada pela população local, visto que é muito raro haver pessoas locais que possuam carro próprio por ser quase um luxo. Por norma, o meio de transporte individual mais recorrente na ilha é a moto, por ser prático e permitir um acesso fácil mesmo com as más condições das estradas atualmente. Existe também a possibilidade de recorrer a táxis e condutores de motos privados, no entanto são opções mais dispendiosas.

6 Proposta de Centro de Apoio para Mulheres

A realidade é diferente para quem mora na roça, especialmente quando falamos de jovens raparigas. A mesmas são obrigadas a crescer demasiado rápido, pois são obrigadas a trabalhar para ajudarem financeiramente a sua família, devido às condições precárias de vida, que muitas vezes persistem de geração para geração. Muitas destas jovens, são mães e chefes de família que perdem a oportunidade de completar os seus estudos, prejudicando a sua ingressão no mundo do trabalho, perpetuando o ciclo de pobreza já existente. Nesse sentido, para combater as adversidades encontradas é proposto um programa num edifício existente na roça, possibilitando a reutilização de espaços já existentes. A elaboração da proposta de projeto passa pelo aproveitamento de uma estrutura existente onde serão pensadas e questionadas as problemáticas enunciadas de modo a introduzir um programa que as resolva. A proposta em questão, retrata um estudo abrangente de várias temáticas como materialidades, texturas, luz, ventilação, entre outras, para ajudar a desenvolver um projeto de uma maior fluidez possível e ter a flexibilidade de readaptá-lo noutras roças do país.

6.1.1 Análise SWOT da proposta na Roça Água-Izé

Tabela 12 – Análise SWOT

	Fatores positivos	Fatores negativos
Fatores internos	Forças - Localização geográfica estratégica (distância: 17km da capital e proximidade com o mar) - Existência de património arquitetónico e espaços culturais - Oferta de diferentes funções nos edifícios/Multiuso de diferentes espaços - Existência de equipamentos de ensino público – 1 jardim de infância e 2 escolas	Fraquezas - Rede de abastecimento de água e eletricidade é insuficiente - Elevado estado de degradação do património cultural e edificado - Falta de conhecimento técnico e de mão de obra qualificada, bem como recursos económicos para a requalificação - Elevados fatores de risco devido a escassez de projetos integrados similares relacionados com o ensino escolar
Fatores externos	Oportunidades - Modelo sustentável para o país por usar recursos humanos internos da roça - Oferta de emprego qualificado - Modelo adaptável e replicável noutras áreas - Parcerias com associações, ONG's, escolas	Ameaças - Escassa variedade de oferta a nível de empregabilidade - Inexistência de transportes públicos - Falta de programas de apoio a jovens adultas que engravidam precocemente - Falta de apoios de investimento para ações de requalificação e reabilitação do edificado

Realizada a análise SWOT (Tabela 12) das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças do local de intervenção e da proposta de projeto, foram considerados os seguintes fatores: i) oferta de diferentes funções nos edifícios/multiuso de diferentes espaços; ii) modelo sustentável para o país por usar recursos humanos internos da roça; iii) modelo adaptável e replicável noutras áreas; iv) elevados fatores de risco devido a escassez de projetos integrados similares relacionados com o ensino escolar; v) falta de programas de apoio a jovens adultas que engravidam precocemente. A proposta do programa tem como intenção utilizar os fatores mencionados anteriormente para estruturar um modelo sustentável e de fácil adaptabilidade noutras localizações das ilhas. O objetivo de criar um sistema polifuncional no território de São Tomé e Príncipe tem como propósito alcançar as zonas de difícil acesso, mitigar as diferenças

sociais e um melhoramento das infraestruturas rodoviárias que estão condicionadas pela falta de investimento e das condições físico geográficas da ilha.

6.1.2 Propósito da proposta de projeto

O programa proposto para o projeto é a reabilitação e reuso de uma estrutura contruída no período colonial (antiga oficina de fundição e serralharia, cocheira, central elétrica, máquinas e tornos). Este edifício será utilizado como equipamento público de ensino e apoio, especificadamente dedicado às jovens adultas, entre as quais não tiveram oportunidade de terminar a o ensino escolar obrigatório. Este equipamento situa-se na Roça Água Izé, numa localização estratégica na ilha a 17 quilómetros da capital São Tomé, cuja distância permite às mulheres exteriores da roça acederem facilmente ao centro de apoio. A proposta tem como propósito fortalecer a coesão social da comunidade da roça com as localidades adjacentes, através da partilha pedagógica e de apoios sociais.

O espaço educativo proposto é desenhado de forma a possibilitar uma mudança no paradigma cultural, e oferecer a oportunidade de conclusão dos estudos das jovens adultas. Este modelo pedagógico passa por fornecer as ferramentas necessárias para que estas jovens possam, a médio e longo prazo, ganhar rendimentos suficientes para uma vida em condições. O programa também inclui um espaço onde as jovens adultas possam deixar os seus filhos bebés num ambiente educativo dedicado à faixa etária dos 0 aos 3 anos, evitando assim que essa responsabilidade seja só da mãe, ou que recaia sobre outro membro familiar. Este projeto deveria ser concebido no âmbito de um processo participativo, o que iria permitir à comunidade local fazer parte de todo o processo, tomando decisões, indicando preferências, partilhando ideias, desde o início até ao seu uso. Posteriormente, durante a utilização do espaço, este funcionaria com um modelo de ensino participativo que contaria com o apoio da comunidade local e exterior. O modelo global de uso do centro passaria por ter uma equipa rotativa que frequentasse todos os centros de apoio na ilha. A equipa rotativa seria composta por técnicos de apoio à saúde materna e saúde sexual reprodutiva das jovens adultas, por professores de áreas artísticas que potenciam o desenvolvimento cultural e social da comunidade, e por pessoal de apoio à realização do programa.

6.1.3 Área de intervenção

O edifício escolhido para acolher o programa proposto, é a antiga oficina de fundição e serralharia, máquinas, tornos e central elétrica. As razões que levaram à escolha deste edifício partiram de uma análise *in situ* e fotográfica às infraestruturas existentes, a um entendimento

do programa atual e as respectivas condições do edificado. A decisão de reabilitar e requalificar o edifício tem o propósito de utilizar as infraestruturas já existentes, de forma a reduzir o potencial custo da intervenção proposta. A ideia é reabilitar apenas o estritamente necessário para o edifício ter condições de conforto adequadas e garantir um layout flexível e de construção simples e economicamente sustentável.

Atualmente, quase todos os edifícios da roça Água Izé estão a funcionar para habitação, pois não existem planos estratégicos de construção de novas habitações e equipamento públicos.



Figura 31 - Esquema da roça Água Izé.

A escolha da antiga oficina de fundição e serralharia para implementar o projeto, foi baseada na análise da distribuição programática da roça. Observando a Figura 31, e analisando da esquerda para a direita, é notável a distância entre os hospitais e o resto do conjunto edificado. Os mesmos, estão isolados devido às diferenças altimétricas do terreno estabelecendo um problema para o programa pois, caso este fosse o edifício escolhido para intervir, encontraríamos mais problemáticas como o acesso e a conexão com os principais eixos viários. Inserindo o programa nesta infraestrutura, estaríamos a isolar as jovens adultas da comunidade e a aumentar o estigma associado às mesmas para além de, termos a necessidade de despejar a população deste edifício. Na parte central da Figura 31, as sanzalas são atualmente ainda utilizadas para habitação. Os escritórios, a casa do feitor e do chefe do escritório e a casa da administração perderam o seu programa original com o aumento da população e funcionam também como habitação da comunidade santomense. A casa do patrão deixou de ter o programa original e passou a pertencer ao Instituto Camões, e onde hoje é possível a comunidade obter formações de carpintaria e serralharia. Na zona nordeste da roça, está

localizada a parte fabril da roça assim como as unidades escolares, contruídas posteriormente à época colonial que incluem o ensino pré-escolar, básico e secundário, onde apenas é possível completar a 7ª e a 8ª classe. A fim da comunidade completar o ensino escolar obrigatório, os estudantes são obrigados a deslocar-se a pé para as aldeias mais próximas que oferecem os restantes níveis de ensino como é o caso da escola de Algés, Santana ou Ribeira Afonso (Tabela 7-11) cujas distâncias feitas a pé demoram uma hora ou mais, como podemos observar na Figura 32.

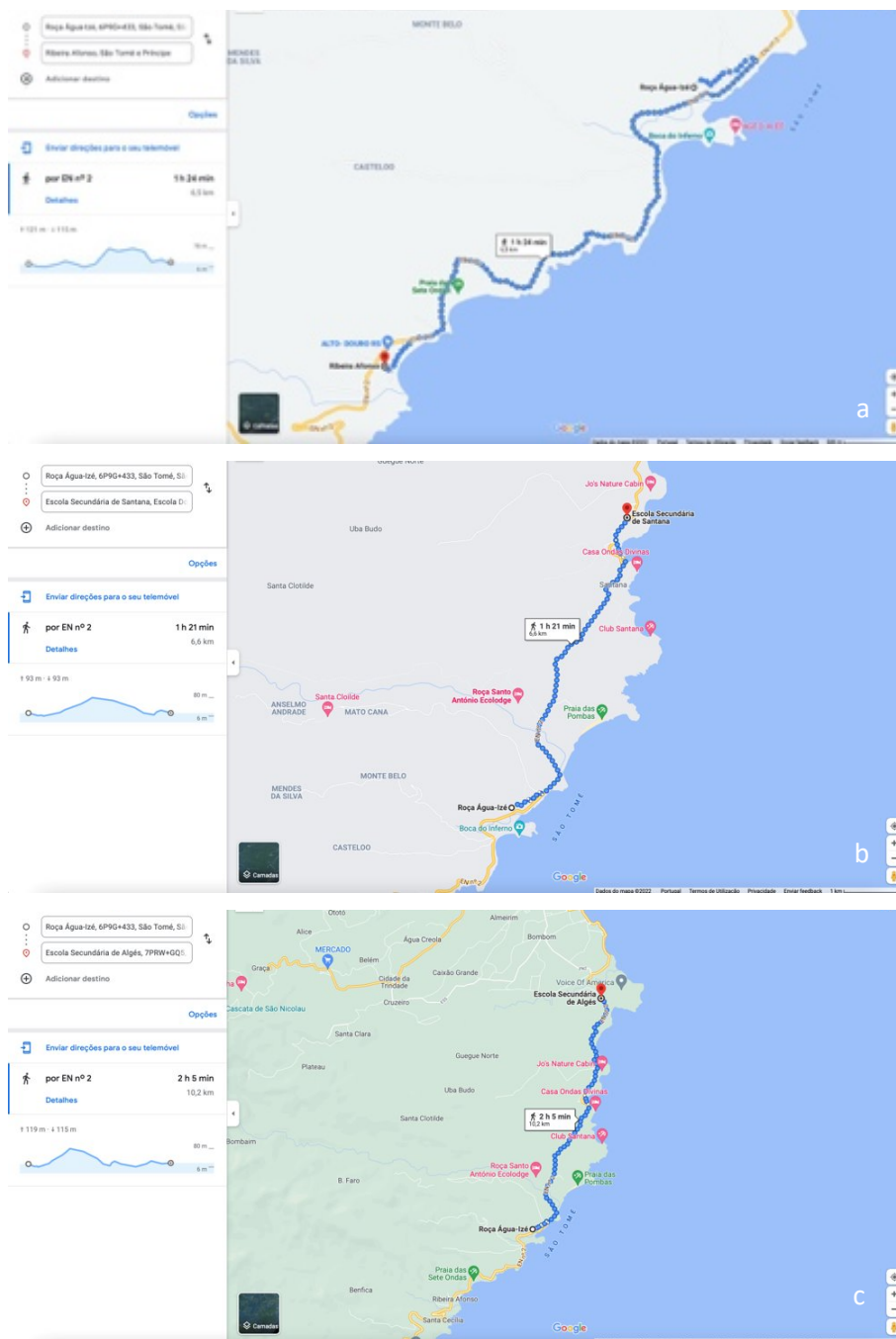


Figura 32 - Distâncias percorridas da roça Água Izé aos estabelecimentos de ensino nas seguintes localidades:

a) Ribeira Afonso; b) Santana; c) Algés. Fonte: Google Maps

Uma possibilidade para o programa proposto, seria a utilização do espaço das antigas fábricas, porém, o secador e a fábrica de óleo de palma ainda hoje são utilizados para produção individual, e os armazéns estão demasiado degradados. Os edifícios remanescentes são a oficina de carpintaria, cocheira e a oficina de fundição e serralharia, máquinas, tornos e central elétrica. Devido à impossibilidade de conhecer aprofundadamente e analisar ou fazer levantamentos métricos-fotográficos nos interiores de todos os edifícios, de forma a entender o seu estado atual de construção, foi escolhido intervir na antiga oficina de fundição e serralharia (Figura 33 a;b). Este edifício encontrava-se, em novembro de 2021, em bom estado e apenas uma pequena área se encontrava em uso por um artesão que a usava como oficina de carpintaria (Figura 33 c).



Figura 33 – Fotografia do interior do edifício e espaço de carpintaria (Novembro, 2021).

Após uma observação detalhada do levantamento métrico e fotográfico da roça, efetuado pelo arquiteto e investigador Hugo Machado da Silva, o processo de projeto começou pela identificação dos elementos gráficos em falta. Identificados os problemas na comunidade feminina santomense, iniciou-se uma pesquisa bibliográfica de projetos cujo programa servisse de referência para a proposta. Reconhecidas as principais necessidades a nível projetual – um espaço de ensino multifuncional para as jovens adultas (conclusão do ensino obrigatório; cursos de preparação para o parto e maternidade; atividades extracurriculares como artes, música e tecnologia) e uma creche de apoio para os seus filhos – foi necessário complementar os desenhos técnicos do edificado escolhido, começando por desenhar os alçados e a planta interior utilizando os registos fotográficos da autora, a visualizações de *street view* (Google Eart Pro) e bibliografia do arquiteto Jorge Mascarenhas (2006, 2008) e Manuel Correia Guedes (2015) foi possível integrar informação referente à oficina de fundição e serralharia, máquinas, tornos e central elétrica.

6.1.4 Programa funcional

O centro de apoio das jovens adultas situa-se no edificado junto à Estrada Nacional 2, que conecta a capital, São Tomé, ao sul da ilha, permitindo um acesso direto e fácil a todos. Trata-se de um edifício longitudinal composto por três blocos distintos, dos quais dois albergam: a creche e o centro de formação. Estes blocos têm acessos independentes, mas partilham um espaço de recreio semiexterior que os ladeia. Ainda dentro do mesmo complexo mantém-se uma área para a atual oficina de carpintaria aí existente, um bloco sem programa e um pátio. A proposta sugerida procura reabilitar e requalificar o património preservando a memória, a lógica da organização espacial e os elementos arquitetónicos do local, tais como os vãos ou a métrica regular das asnas que permitiu uma organização geométrica no espaço interior tendo isso influenciado os desenhos.

O público-alvo do programa são as jovens adultas que engravidam precocemente e consequentemente abandonam o ensino escolar obrigatório. Este programa é pensado na melhoria das condições sociais da comunidade fazendo com que as mesmas tenham uma segunda oportunidade na conclusão dos estudos enquanto deixam os filhos num local supervisionado, pois não existem infraestruturas escolares que abranjam a faixa etária dos 0-3 anos.

Observando a Figura 34, é possível verificar que o programa se resolve através de uma sequência alternada de espaços construídos e fechados ao longo dos três blocos do edifício. O bloco do centro de formação das mulheres está ladeado pelo eixo viário e por dois pátios que funcionam como um espaço de desafogo, já o bloco da creche e da oficina de carpintaria surge cercado do pátio interior e de uma planície situada entre o local de intervenção e a fábrica de óleo de palma.

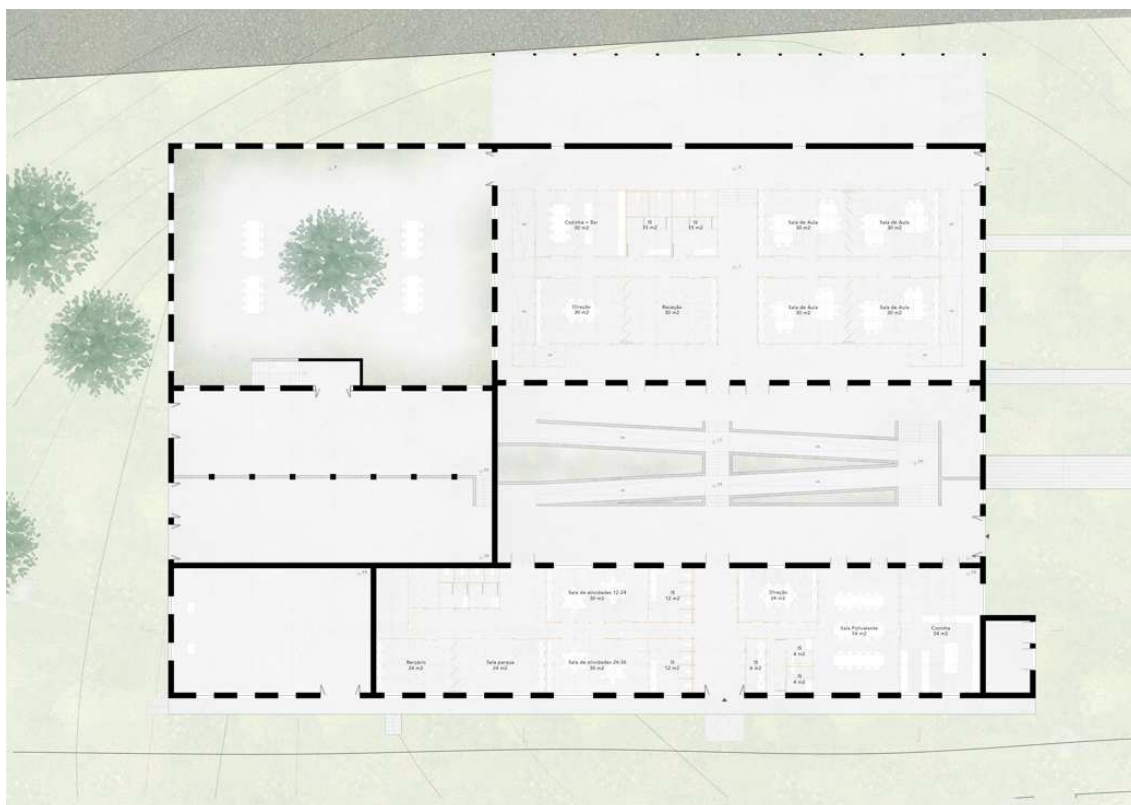


Figura 34 - Planta da proposta de intervenção

O centro de formação das jovens adultas é composto por uma zona de circulação, receção, sala de funcionários, salas de aula e zonas de serviço como cozinha/bar e instalações sanitárias. O programa está dividido em quatro módulos independentes, três dos quais com 60m². Estes três estão divididos ao meio devido a um sistema de portas amovíveis em madeira, criando 4 espaços de aprendizagem e uma receção com sala de funcionários, cada espaço com 30m². O volume restante alberga a cozinha comunitária e as instalações sanitárias.

Os espaços de aprendizagem funcionam como salas de aulas para conclusão do ciclo de ensino obrigatório, realização de workshops sobre os direitos das mulheres, maternidade e educação sexual, bem como para atividades extracurriculares como artes visuais, música, informática, entre outras. O objetivo principal é manter atividades para apoiar e informar não só jovens mães, como também adolescentes, de forma a contribuir à prevenção da gravidez precoce ou apoiar as mulheres. Cada espaço de aprendizagem está mobilado para uma capacidade de doze estudantes, composto por quatro armários, seis mesas e doze cadeiras. O espaço está pensado para ser versátil em termos de mobiliário, como por exemplo o uso das cadeiras das secretárias serve como assentos para um auditório improvisado de 30 ou 60m². As instalações sanitárias estão divididas por género e ambas são adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida.

Uma vez que os módulos estão numa plataforma mais elevada (cota 1) a diferença altimétrica é combatida através de dois sistemas rampeados, com uma inclinação de 6%, em ambas pontas do edifício e um lanço de escadas no meio. A sua estrutura é feita em madeira numa métrica de um em um metro, composta por pilares e placas para fazer as suas paredes, sendo que algumas tem um sistema de rotação, de forma a permitir a polivalência dos espaços, e outras são em vidro para proporcionar ventilação e entrada de luz natural nos diferentes compartimentos. Os módulos têm um pé direito de 3 metros e não tocam nas asnas do edifício de modo a preservar o existente e perdurar o aspeto industrial. As instalações sanitárias estão divididas por género e ambas são adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida.

O recreio semiexterior é composto por zonas de circulação e zonas de recreio complementares à creche. A utilização deste espaço também pode ser frequentada pelas jovens adultas confraternizarem com os seus filhos. O espaço foi convertido num pátio onde há uma diferença de cotas significativa de quase 3 metros, combatida através um sistema rampeado com espaços verdes e um lanço de escadas. A cota mais alta, específica à zona de recreio, é coberta por lonas de maneira a criar zonas de sombreamento para as crianças.

A creche é composta por uma zona de circulação, salas para as crianças, salas para os funcionários, sala multifuncional, arrumos, zonas de serviço como cozinha e instalações sanitárias. O programa está dividido ao longo do edifício sendo que no lado direito e centro do equipamento se localiza a entrada principal do edifício, a cozinha, arrumos, sala multifuncional que serve de apoio para as refeições das crianças e de recreio interior, sala para funcionários e instalações sanitárias. Do lado oposto do equipamento, localiza-se a área dedicada as crianças entre os 0-3 anos, cujo espaço contém um berçário, uma sala parque, uma sala de higienização, uma copa, duas salas de atividade, uma dedicada às crianças a partir da aquisição de marcha até aos 24 meses e outra dos 25 aos 36 meses, e instalações sanitárias. O programa da creche foi pensado de acordo com o regulamento de *Recomendações Técnicas para Equipamentos Sociais: Creches* (LNEC, 2007), usado como guião para dimensionar os espaços. As áreas do programa variam no seguimento da legislação, no entanto, as áreas mínimas usadas como referência (Tabela 13), foram as estabelecidas para novas construções com capacidade máxima de 33 crianças. A entrada principal do edifício faz-se pelo alçado noroeste, no primeiro vão duplo, entrando para a zona de circulação geral onde se encontra uns armários para deixar os pertences e carrinhos de bebé. Do lado oposto, temos uma porta que faz a conexão da creche ao recreio semiexterior. No interior do edifício, na zona sudoeste, localiza-se a área da direção (23,5m²) composto por um espaço único que contém o gabinete da direção com um suplemento de área

administrativa e funciona também como sala do pessoal. As instalações sanitárias que servem de apoio a esta área social estão divididas por género e ambas são adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida. Adjacente a estes espaços, foi criada a sala polivalente (55m²) idealizada para atividades interiores e refeições. O espaço tem ligação direta à cozinha para uma maior facilidade na distribuição das refeições. A cozinha (54,25m²) composta por dispensa, compartimento do frio e do lixo e uma zona de apoio à lavandaria, e com um acesso de serviço no alçado sudoeste para descargas. Na zona nordeste do edifício, localizam-se as duas salas de atividades (cada com 30,4m²) frente a frente cada uma integrada com instalações sanitárias (12,4m²) de apoio às crianças. Contíguo a uma das salas de atividades, localiza-se o berçário e a sala parque, espaços partilhados que podem ser divididos pelo mesmo sistema de portas amovíveis que existe no centro das mulheres. Nesta área dedicada aos recém-nascidos, está o restante programa como uma copa de leites, uma sala de higienização e instalações sanitárias de apoio a este lado do edifício mais isolado. À semelhança do centro de formação das mulheres, o programa da creche está dividido por módulos cuja estrutura é feita por um sistema em madeira. Paralelo à lógica dos módulos do centro de apoio, os pés direitos destes (4,5m) também não tocam nas asnas do edifício.

Adjacente à creche, no lado esquerdo (noroeste), fica localizado o novo espaço dedicado à oficina de carpintaria, concebido para realocar o artesão que mantém a sua carpintaria no edifício atual. Seria também uma oportunidade para fomentar workshops ocupacionais de carpintaria para as utilizadoras do centro. Atrás da carpintaria, situa-se um bloco sem programa que se apresenta como uma oportunidade de futura expansão do centro. Este bloco desenvolve-se em duas cotas e a mesma é combatida por um bloco de escadas.

O recreio exterior é composto por zonas de circulação e zonas de lazer complementares ao centro de formação das mulheres e ao espaço sem programa. O espaço funciona como um claustro, pois a parede mantém-se de pé, mas a estrutura do telhado colapsou algures no tempo. Foi convertido num segundo pátio com vegetação arbórea e mobiliário urbano para proporcionar uma zona de desafogo protegida.

Tabela 13 – Áreas úteis mínimas de novos estabelecimentos do LNEC vs áreas do projeto

Áreas funcionais	Áreas úteis mínimas	Áreas do projeto
	33 crianças	33 crianças
Área de acessos		
Átrio de entrada principal	12m ²	29,9m ²
Arrumos (carros de bebé)	2,50m ²	
Total parcial:	14,5m²	29,9m²
Área da Direção e Serviços Técnicos e Administrativos		
Gabinete da Direção	12m ²	23,5m ²
Suplemento área para núcleo administrativo	3m ²	
Instalações Sanitárias	5,44m ²	7,6m ²
Total parcial:	20,44m²	31,1m²
Área de Berçário		
Sala de Berços	16m ²	23,4m ²
Sala parque	16m ²	23,4m ²
Copa de Leites	4m ²	6,5m ²
Sala de Higienização	4m ²	12,15m ²
Total parcial:	40m²	65,45m²
Área de convívio e atividades		
Sala de atividades (aquisição de marcha a 24 meses)	20m ²	30,3m ²
Suplemento área para repouso	5m ²	
Arrumos (catres)	0,90m ²	
Sala de atividades (24 a 36 meses)	30m ²	30,3m ²
Sala polivalente	40m ²	55m ²
Suplemento área para refeições	15m ²	
Arrumos (catres)	0,90m ²	
Instalações Sanitárias	12m ²	37,8m ²
Vestiários	1,80m ²	
Total parcial:	125,6m²	153,4m²
Área de serviços de Cozinha e de Lavandaria		
Cozinha	20m ²	54,25m ²
dispensa do dia	4m ²	
Compartimento do frio	4m ²	
Compartimento do lixo	1,50m ²	
Lavandaria		
Serviço de tratamento de roupa no exterior	4m ²	
Total parcial:	33,5m²	54,25m²
Área de Descanso e Higiene do Pessoal		
Sala do pessoal	10m ²	23,5m ²
Vestiários		
Instalação sanitária		7,6m ²
Instalação sanitária com duche	3,5m ²	
Total Parcial:	13,5m²	31,1m² (partilhado com área da direção)

De maneira a preservar a memória do espaço antigo, as fachadas dos edifícios somente foram alteradas devido à necessidade de entrada de luz e uma possibilitação de ventilação natural do edifício. O alçado sudeste (Figura 35) exhibe a parede exterior do centro de apoio em conjunto com a do pátio exterior, exibindo os vãos já existentes. O alpendre adjacente ao edifício e próximo do eixo viário principal permite que os veículos possam fazer um desvio e garantir a segurança do pedestre, uma característica que se pretende fortalecer na nova proposta. O corte longitudinal feito no centro de formação das jovens adultas (Figura 36) exhibe a proposta de vãos na parede exterior do bloco sem programa definido e na parede que fraciona o centro do recreio semiexterior. A proposta praticada surge do alinhamento dos vãos nos intervalos das linhas da asna.

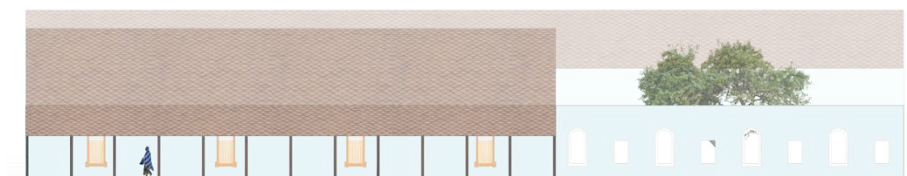


Figura 35 – Alçado sudeste do centro de apoio das jovens adultas

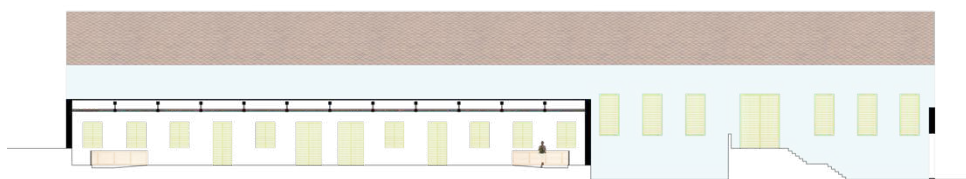


Figura 36 – Corte longitudinal no centro de formação das jovens adultas

O alçado sudoeste (Figura 37) foi preservado na totalidade, inclusive a entrada no edifício. Posto isto, o acesso ao bloco continuou a fazer-se pela cota mais baixa, e onde na nova proposta, constitui o acesso principal para o centro de formação das jovens adultas.

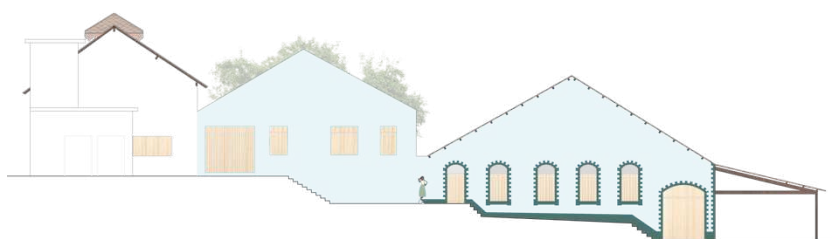


Figura 37 – Alçado sudoeste

O alçado noroeste (Figura 38), virado para o interior da roça, exhibe a parede exterior da creche e da oficina de carpintaria. Este encontra-se em bom estado, no entanto sofreu umas alterações

num dos vãos por parte da comunidade. Não querendo replicar um vão da época colonial, foi proposto o fecho do vão e a integração de arte urbana de maneira a dinamizar o espaço exterior. Podemos observar na Figura 34, um desnível do terreno que é combatido por uma plataforma onde se situa o bloco e este pode ser acedido por dois lanços de escadas e uma rampa, que dá passagem ao acesso principal da creche.

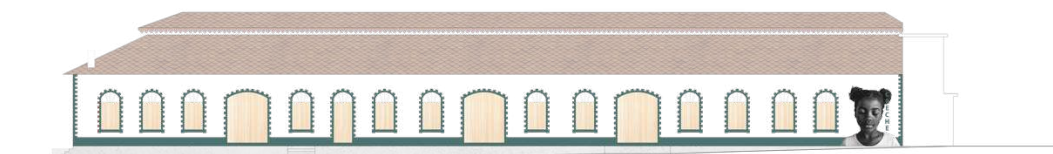


Figura 38 – Alçado noroeste da creche

O corte longitudinal feito no recreio semiexterior (Figura 39) exhibe a proposta de vãos na parede exterior do bloco da creche e na parede que fraciona o centro do recreio semiexterior. A proposta praticada surge no alinhamento dos vãos com os do alçado noroeste.

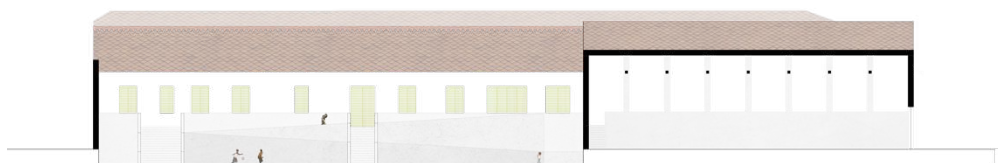


Figura 39 - Corte longitudinal no recreio semiexterior

No alçado nordeste (Figura 40), seguindo a lógica praticada até ao momento, procurou-se manter os elementos originais, contudo foi necessário propor a abertura de novos vãos na parede exterior do centro de apoio, de modo a permitir uma ventilação natural, novos pontos de luz solar e uma porta de acesso que conecta o centro com o pátio.

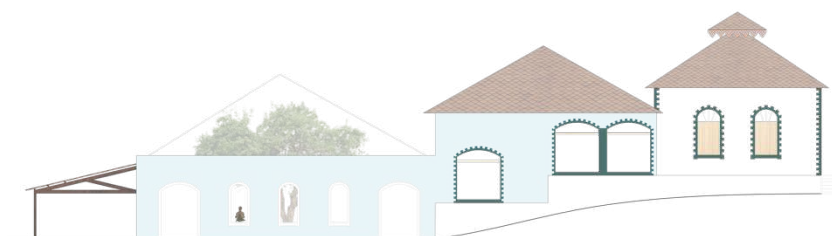


Figura 40 – Alçado nordeste

6.1.5 Modelo de uso para São Tomé e Príncipe

O programa proposto para a roça Água Izé funcionaria como modelo pedagógico a aplicar em São Tomé e Príncipe. O modelo de uso funciona com uma equipa rotativa de um conjunto de profissionais tanto para o centro das mulheres como para a creche. A equipa rotativa é composta por dois docentes de áreas gerais, para ensinar o plano curricular do ensino obrigatório; um docente para as vertentes artísticas; uma equipa médica composta por duas parteiras, um médico de medicina geral e um enfermeiro. Esta equipa semanalmente percorreria o centro de apoio da roça Água Izé e os restantes centros propostos noutras roças de São Tomé e Príncipe. A equipa fixa é composta por três educadores de infância e três auxiliares de educação (um par para cada sala), dois técnicos de apoio ao edifício e dois cozinheiros (um para cada edifício).

As partes interessadas para dar apoio às jovens, seriam pessoas formadas para este projeto em específico e pessoas da comunidade com experiência no tema para ajudar a (re)integrá-las na comunidade. A qualificação do pessoal técnico e cuidadores passaria por temas como o desenvolvimento da criança na faixa etária dos 0 aos 3 anos e pela adaptação dos conteúdos formativos.

Posteriormente, o projeto tem como intenção ser repetido ao longo da ilha (Figura 38), nomeadamente no sul da ilha. No sul da ilha, um bom caso de aplicação seria a roça Porto Alegre devido ao isolamento geográfico e as características sociodemográficas. Esta roça localiza-se no distrito de Caué, que se caracteriza por ser um dos locais com menor população em São Tomé e Príncipe, com 6031 habitantes e cuja densidade habitacional é 22,6 Hab/km² de acordo com os Censos 2012 (INE, 2018). De acordo com os dados, neste distrito existe uma percentagem de 9% de adolescentes com filhos o que, num índice de 42,3% de adolescentes estudantes apenas 0,6% se traduz em adolescentes estudantes com filhos, números ligeiramente inferiores comparados com os outros distritos.

Um segundo caso de aplicação, no litoral da ilha, seria a roça Santa Catarina devido às condições das rodovias. Esta roça localiza-se no distrito de Lembá e caracteriza-se como o terceiro distrito menos populoso de São Tomé e Príncipe, com 14652 habitantes e cuja densidade populacional é 63,7 Hab/km² de acordo com os Censos 2012 (INE, 2018). De acordo com os dados, existe uma percentagem de 13,9% de adolescentes com filhos, o que num índice de 56,8% de adolescentes estudantes de traduz em 0% adolescentes estudantes com filhos, o valor mais alto de todos os distritos.

A proposta dos dias rotativos é uma sugestão que a equipa pode alterar se assim o quiser. Numa fase inicial, a equipa está dividida em duas vertentes - a do ensino e a da saúde. O percurso proposto assume como ponto de partida São Tomé e a ordem das roças a visitar seria Santa

Catarina em primeiro lugar, de seguida Água Izé e por último, Porto Alegre. Os três docentes da componente geral e artística percorreriam as roças propostas de segunda a sábado, estando o domingo definido como dia de descanso e planeamento. A equipa médica é composta por duas parteiras, um médico de medicina geral e um enfermeiro que percorreriam as roças propostas de terça a domingo, ficando a segunda-feira como dia de descanso.

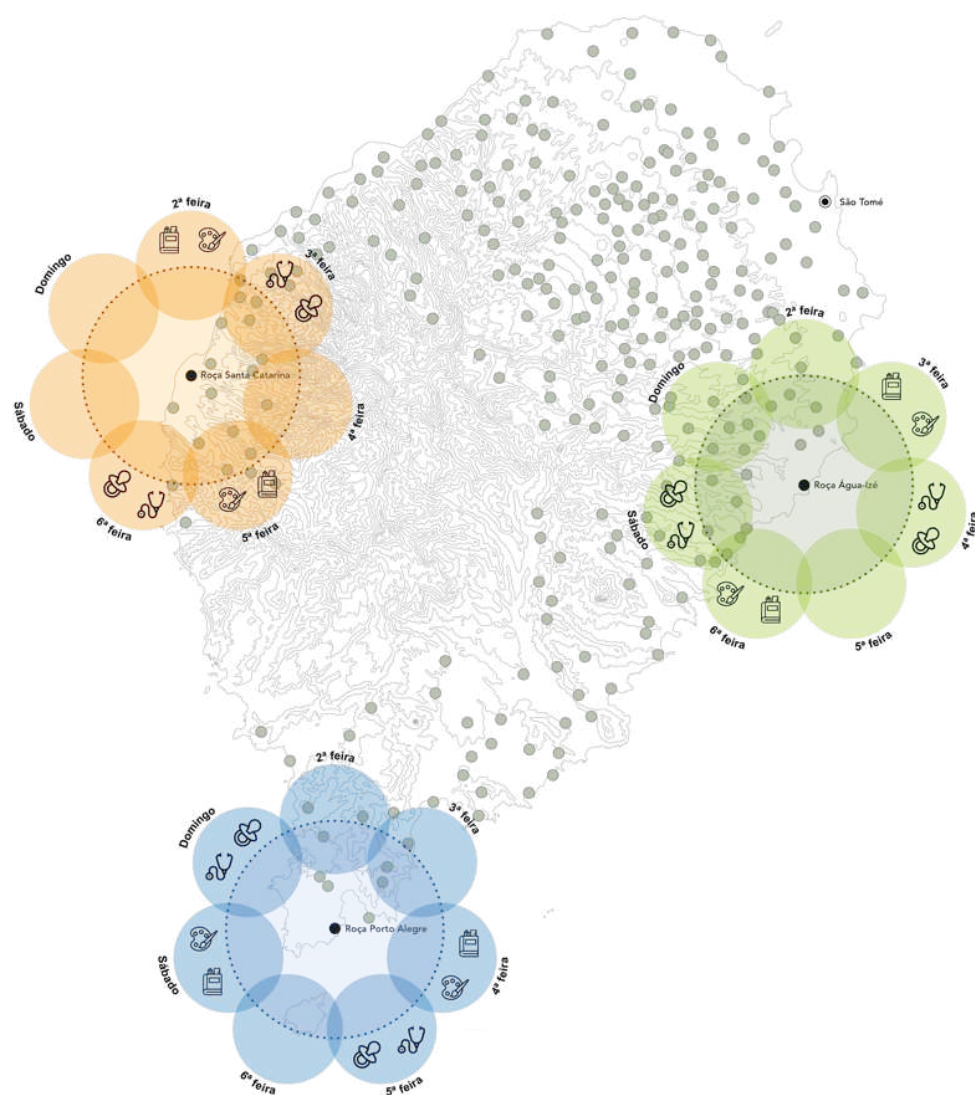


Figura 41 - Mapa da equipa rotativa

7 Considerações finais

Partindo da análise dos dados disponíveis sobre o ensino público no arquipélago de São Tomé e Príncipe, foi possível verificar que no distrito de Água Grande é onde se concentra a maior taxa de conclusão do ensino obrigatório, no entanto, é importante realçar que, nos restantes distritos das ilhas, existe um número significativamente menor de estabelecimentos de ensino.

Foi a partir do reconhecimento da problemática das condições de vidas das jovens adultas e do entendimento dos conceitos da educação e da mulher em São Tomé e Príncipe, que o Centro de (re)Integração das Mulheres surgiu.

É proposta a reabilitação de um conjunto de edificações na roça Água Izé de modo a salvaguardar o valor patrimonial e cultural, recuperando a estrutura atualmente em avançado estado de degradação. Através de uma aproximação à cultura santomense procura-se enquadrar a proposta de projeto na comunidade, fazendo esta parte integrante e participativa no desenvolvimento do centro de apoio e da creche.

O equipamento educativo, aliado à comunidade local, surge como um meio para atingir um desenvolvimento significativo, tanto na educação das jovens adultas, como também, na economia local, oferecendo oportunidades de emprego. A médio e longo prazo é expectável que a taxa de empregabilidade suba, quando os indivíduos reeducados começarem a ingressar no mundo do trabalho.

Um desafio relacionado com o projeto arquitetónico foi reabilitar o espaço respeitando as características do espaço original, cumprindo os requisitos mínimos regulamentares, de forma a preservar os valores culturais e arquitetónicos e garantir que o espaço possa acolher diferentes e complementares atividades em condições de conforto e segurança. Um outro desafio surgiu na escolha de um território longínquo, embora tenha tido a oportunidade de o visitar, complementado com os limites encontrados na falta de dados estatísticos recentes eventualmente por culpa da pandemia. A nível projetual, creio que foi definir um programa por inteiro que abrangesse as problemáticas identificadas ao longo do trabalho.

Para concretizar este modelo pedagógico, o facto de o projeto ter partido de uma escala territorial para uma escala específica arquitetónica permitiu que fosse encontrada uma solução fundamentada e fazível.

A proposta do centro de apoio às mulheres não é fechada sendo sujeita a alterações por parte da comunidade local, recorrendo ao processo participativo que permite uma partilha de conhecimentos. Pretende-se que seja um projeto em constante transformação de maneira que possa responder as necessidades da comunidade envolvida.

A pergunta de investigação alavancada para esta tese de dissertação procurou ser respondida com um programa de um centro de apoio às jovens adultas respeitando a requalificação e reabilitação sustentável de um dos edifícios da Roça Água Izé. O modelo proposto incluiu a implementação de um sistema de ensino dedicado às mesmas para a conclusão do ciclo de estudos após serem mães e uma creche, e foram definidos os princípios gerais que permitem aplicar o modelo nas outras roças do país. Por último, o programa em questão ficou alinhado às diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) escolhidos: #4 Educação de qualidade; e #5 Igualdade de género.

Referências

- CARQUEJA, B. (1976) & VIEIRA, S. (2005) *apud* SILVA, H. M. (2016) - *A Descodificação da Roça de São Tomé e Príncipe: Génese, Processo e Lógicas Espaciais*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- DANTAS, E. (2021). *A imagem enquanto leitura e escrita do mundo: leveleve e a ferida colonial em São Tomé*. [Dissertação de Doutoramento, ISCTE-IUL].
- ELBA, E. & POSSER, C. (2016). Estudo sobre competências das organizações no domínio da equidade de género. *Direitos das Mulheres em São tomé e Príncipe – Conhecer para Capacitar e Sensibilizar* (pp. 107-142). ACEP.
- ENIEG STP (2013) *apud* SANTOS, L. (2015) - *Igualdade de Género em São Tomé e Príncipe: Entre a realidade e a utopia*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta] Repositório Aberto.p.89.
- ENIEG (2007-2012) *apud* OLIVEIRA, A. & AZEVEDO, L. (2016) - A igualdade de género nos media em São Tomé e Príncipe. *Direitos das Mulheres em São tomé e Príncipe – Conhecer para Capacitar e Sensibilizar* (pp. 44-106). ACEP.
- Dicionário infopédia da língua portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/roça>. [último acesso: 30/09/2021].
- ESPÍRITO SANTO, A. C. (2009) S. Tomé e Príncipe – *Problemas e perspectivas para o seu desenvolvimento*. Lisboa: Edições Colibri.
- FERNANDES, A. (2015). *Entre remediar e solucionar. A estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza. São Tomé e Príncipe como laboratório*. [Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto].
- FERNANDES, A. S.; SÁ, M. F.; PÓVOAS, R. F. (2012). “*Regeneração das roças de São Tomé e Príncipe: herança e apropriação, desafios e potencial para o desenvolvimento*”. Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL) e Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), pp.157-176.
- Ferrão, J. (2008) *apud* Silva, H. M. (2016) - *A Descodificação da Roça de São Tomé e Príncipe: Génese, Processo e Lógicas Espaciais*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- Finanças e Educação - Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e da Secretária de Estado da Educação. (2021). *Diário da República n.º 78/2021, Série II de 2021-04-22*. <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/163-2021-161904563>
- GUEDES, M. (2015) *Arquitetura Sustentável em S.Tomé e Príncipe – Manual de Boas Práticas*. Lisboa: IST Press.
- HENRIQUES, I. C. & LEITE, P. P. & FERNANDES, C. (2013). *Lugares de Memória da Escravatura e do Tráfico Negroiro (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe)*. Marca D'Água.

- HERTZBERGER, H. (2008). *Space and learning: lessons in architecture 3*. Roterdão: 010 Publishers.
- HODGES, T.; NEWITT, M. (1988). *São Tomé and Príncipe. From Plantation Colony to Microstate*. Boulder, Londres: Westview Press.
- INE. (2013). *Recenseamento Geral da População e Habitação 2012*. São Tomé: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2017). *Indicadores do País*. <https://ine.st/index.php/o-pais/indicadores>
- INE. (2018). *Densidade populacional 1991-2001-2012*. <https://ine.st/index.php/component/phocadownload/category/51-demograficas>
- INE. (2018). *Mulheres em São Tomé e Príncipe, RGPH 2001-2012*. <https://ine.st/index.php/publicacao/documentos/category/45-mulheres-em-stp>
- LNEC. (2007). *Recomendações Técnicas para Equipamentos Sociais – Creches. Anexo 2 Edifícios novos – “Recomendações Gerais de Segurança ao Incêndio”*. Lisboa: LNEC.
- MANTERO, Francisco. (1910). *A Mão D’Obra em S. Thomé e Príncipe*. Lisboa: Typ. do Anuario Commercial.
- MASCARENHAS, J. (2006). *Sistemas de Construção - VI: Coberturas inclinadas (1.ª parte)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MASCARENHAS, J. (2008). *Sistemas de Construção - VII: Coberturas inclinadas (2.ª parte), Materiais básicos (4.ª parte): materiais cerâmicos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- NAIR, P & FIELDING, R & LACKNEY, J. (2009). *The language of school design: design patterns for 21st century schools*. Designshare.
- NASCIMENTO, A. (2002). *Poderes e Quotidiano Nas Roças de S. Tomé e Príncipe de finais de Oitocentos a meados de Novecentos*. Lousã: Tipografia Lousanense.
- NASCIMENTO, A. (2012). “O Associativismo Feminino São-tomense em Lisboa: Uma questão de género?”. Caderno de Estudos Africanos N.º 24: Africanos e Afrodescendentes em Portugal: Redefinindo Práticas, Projetos e Identidades. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL) e Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), pp.117-139.
- NEUFERT, E. (2017). *Arte de projetar em arquitetura*. Barcelona: Editora Gustavo Gili, SL.
- NEUFERT, P. & NEFF, L. (2017). *Casa, Apartamento, Jardim*. Barcelona: Editora Gustavo Gili, SL.
- PAPE, D. (2016). *As roças de São Tomé e Príncipe – um património da Lusofonia*. Estudo Prévio 9. Lisboa: CEA/UAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa. <http://estudoprevio.net>
- PAPE, D. & REBELO DE ANDRADE, R. (2013). *As Roças de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Tinta-da-China.

RTP (s.d) - *Independência de São Tomé e Príncipe*. Disponível em: <https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/independencia-de-sao-tome-e-principe/>

SANTOS, L. (2015). *A Igualdade de Género em São Tomé e Príncipe: Entre a Realidade e a Utopia*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta].

S. Tomé e Príncipe: pequena monografia. (1964) Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.

SEIBERT, G. (2002). *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega.

SILVA, H. M. (2016). *A Descodificação da Roça de São Tomé e Príncipe: Génese, processo e lógicas espaciais*. [Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto].

Silva, M. (2020). *ABC dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. <https://plataformaongd.pt/uploads/subcanais2/abc-ods%5B1%5D.pdf>

Técnicos da Direcção de Estatística e Planeamento. (2016). *Boletim Estatístico da Educação*. Direcção Geral de Planeamento e Inovação Educativa / Direcção de Estatística e Planeamento.

VEIGA, A. (2022). *166 pontes em vias de desabar, e para recuperar 10 são necessários 12 milhões de euros*. <https://telanon.info/sociedade/2022/01/10/36173/166-pontes-em-vias-de-desabar-e-para-recuperar-10-sao-necessarios-12-milhoes-de-euros/>

WALDEN, R. (Ed.). (2009). *Schools for the future: design proposals from architectural psychology*. Cambridge: Hogrefe.

Anexo A - Workshop

No âmbito da disciplina *Projeto Final de Arquitetura* foi desenvolvido o workshop “Mosteiro de Santa Clara-a-Nova” durante a semana de 7 a 11 de março de 2022. O workshop decorreu em grupos de 6-8 pessoas e contou com a participação do Atelier do Corvo. Posteriormente, os trabalhos foram expostos na Bienal de Arte Contemporânea de Coimbra, *Anozero*, durante o período de 9 de abril a 26 de junho de 2022. Durante o período do trabalho, deslocamo-nos a Coimbra para dois dias intensos de trabalho no local do projeto, o Convento de Santa Clara-a-Nova, e os restantes dias foram concluídos no Iscte.

Este workshop consistiu no reconhecimento e na compreensão do espaço envolvente do Convento e os seus limites, a cerca, que mais tarde viemos a denominar de muralha. O objetivo era que o espaço em concreto se tornasse um ponto central de conexão com a cidade de Coimbra.

A análise do espaço foi feita através de diversos elementos incluindo uma maquete em barro para exemplificar a conceptualidade da proposta (Figura 40) e um conjunto de três painéis A0 (figura 41) que integraram um ortofotomapa, fotomontagens, desenhos e outros elementos que representassem a proposta.



Figura 42 - Maquete conceptual em barro da área de intervenção

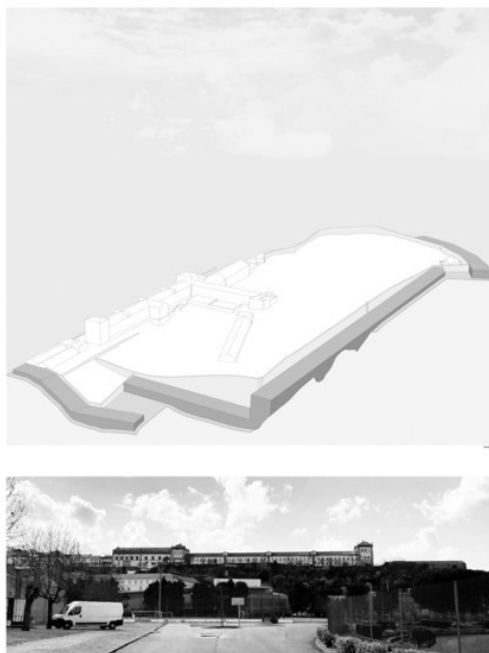
A proposta apresentada em conjunto com o grupo de trabalho (Adriana do Carmo, Ana Rita Paes, Cátia Meireles, Daniela Flores, Gonçalo Dias, Lázaro Raposo) (Figura 23), “*Breaking the Walls*”, consistiu essencialmente em questionar e provocar a área adjacente ao Convento, a configuração do espaço e o uso nos dias de hoje. Interpretámos a cerca como uma muralha

devido à presença monumental que transmitia no local, e foi questionado o seu propósito na sociedade atual, em que a defesa da infraestrutura do convento já não faz sentido. Desta forma, e num to provocatório, foi proposto inserir habitação ao longo na muralha, na condição do habitar ser a segurança do humano. Em paralelo, foi também proposto um percurso pedonal que pretendia unificar Coimbra à muralha. Ao longo do percurso existem vários momentos, sendo que o primeiro é onde se situa o prolongamento de uma praça *à priori* que atualmente encontra-se a ser reabilitada. A extensão deste espaço para dentro do miradouro do Convento permite criar a primeira ligação com a cidade e representa o primeiro volume junto à muralha.

021 Mosteiro de Santa Clara-a-Nova-urbanidade
Breaking the Walls



021 Mosteiro de Santa Clara-a-Nova-urbanidade
Breaking the Walls



021 Mosteiro de Santa Clara-a-Nova-urbanidade
Breaking the Walls

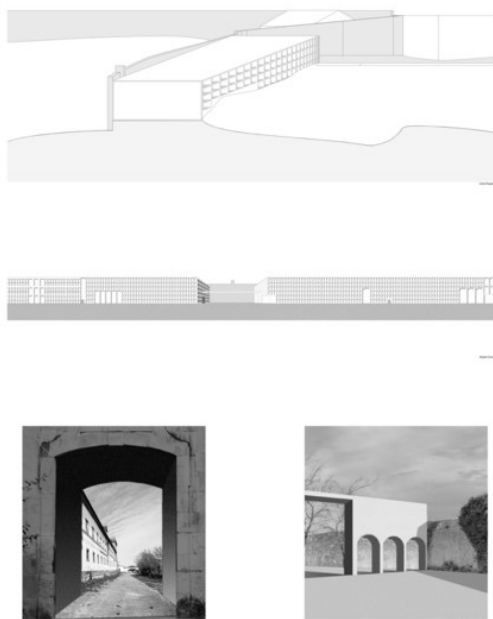


Figura 43 - Painéis finais

Anexo B – “As Roças de São Tomé e Príncipe: o lido e o fotografado”

No seguimento da viagem a São Tomé e Príncipe, em novembro de 2021, foi montada uma exposição bibliográfica e fotográfica na biblioteca do ISCTE com o tema “As Roças de São Tomé e Príncipe: o lido e o fotografado”.

A exposição fotográfico contou com uma seleção de registos fotográficos dos 6 estudantes - Alexandra Casimiro, César Santos, Carolina Chalana, Inês Paulo, Rafael Abu-Raya, e Rui Brito - feita pelo fotógrafo Dário Paraíso e o antropólogo Emiliano Dantas.

Os oito temas abordados na exposição foram: Roça Fernão Dias, Roça Diogo Vaz, Roça Água Izé, Roça Agostinho Neto, Roça Boa Entrada, Roça Porto Alegre, Comunidades e Vilas, e Natureza.



Figura 44 - Seleção de fotografias da roça Fernão Dias



Figura 45 - Seleção de fotografias da roça Diogo Vaz



Figura 46 - Seleção de fotografias da roça Água Izé



Figura 47 - Seleção de fotografias da roça Agostinho Neto



Figura 48 - Seleção de fotografias da roça Boa Entrada



Figura 49 - Seleção de fotografias da roça Porto Alegre



Figura 50 . Seleção de fotografias das comunidades e vilas



Figura 51 - Seleção de fotografias da natureza